



Ata nº 15

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em sessão extraordinária com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 31 presenças).

Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD); Guilherme Apolinário Portada (PS); Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD); Carlos Alberto (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Álvaro Rosendo Patrício (CDS); António Manuel Dias Mendonça (CDU); Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS); Tiago Botelho Martins da Silva (PSD); Luís Ferreira Guilherme (CHEGA); Sónia Margarida Quitério Fernandes (IL); Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS); Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD); Célia Maria Alves Gonçalves (BE); Ana Lúcia Silva de Passos (PS); Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); Susana Cristina da Silva Joaquim (PS); Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN); Filipe Gonçalo Nascimento (MPT); João Francisco Calado Espanhol (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Grasiela Calafate (PS); Bruno Gonçalo de Azevedo Lage (PSD – Presidente da União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestanda (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro); Basílio Farias Martins (PS – União de Freguesias de Conceição/Estoi) e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe).

Por o terem solicitado, **foram substituídos** os seguintes membros:

- Luís Manuel Fernandes Coelho (PS) – Substituído por Guilherme Apolinário Portada.
- Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS) – Substituído por Carlos Alberto.
- Ana Catarina Pina Águas (CDS) – Substituída por Álvaro Miguel Rosendo Patrício.



- António José de Figueiredo Martins da Luz (CHEGA) – Substituído por Luís Ferreira Guilherme, que após **tomar posse** tomou lugar na respetiva bancada.
- Daniel Martins Viegas (IL) – Substituído por Sónia Margarida Quitério Fernandes.
- Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT) – Substituído por Filipe Gonçalo Nascimento.
- José António Leal Jerónimo (PS) (Presidente da União de Freguesias de Conceição/Estoi) – Substituído por Basílio Farias Martins.

- Composição da Mesa:-----

- Presidente: Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte.
- 1.º Secretário: Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares.
- 2.ª Secretária: Cláudia Suzana Silva da Luz.

- Membros do Executivo: -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Presidente, Rogério Conceição Bacalhau Coelho e os Vereadores: Adriano João Leal Cardoso Guerra; Sophie Matias; Aquiles Fernando Dias Marreiros; Paula Alexandra Amaral do Carmo Matias e André Lara Ramos.

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

I – Ordem do Dia

1. Apreciação e deliberação da proposta do Executivo municipal respeitante aos encargos inerentes à continuidade e a assunção do compromisso plurianual referente ao Contrato n.º 76/2018, celebrado com a Endesa Energia SA – Sucursal Portugal – Proposta n.º 259/2022/CM;
2. Apreciação e deliberação da proposta do Executivo municipal respeitante à aquisição de sete parcelas de terreno para a Conclusão da Av.ª Mário A.B. Lyster – Proposta n.º 269/2022/CM; (Ex-Proposta n.º 247/2022/CM)



3. Apreciação e deliberação da proposta do Executivo municipal respeitante ao 3.º Aditamento ao Auto de Transferência de Recursos para a Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe – Proposta n.º 272/2022/CM; (Ex-Proposta n.º 250/2022/CM)
4. Apreciação e deliberação da proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 36,55 m², no âmbito do processo de obras n.º 294/2017, em nome de Óscar da Costa Rosmaninho – Proposta n.º 265/2022/CM;
5. Apreciação e deliberação da proposta do Executivo municipal respeitante à Concessão de exploração do serviço de transporte regular com embarcações de passageiros entre Faro – Ilha do Farol e Culatra, na Ria Formosa, Algarve – Procedimento concursal. Proposta n.º 256/2022/CM.

II - Moções

Presidente da Assembleia Municipal – «Quero informar uma situação, que é a circunstância de o Sr. Presidente da Câmara me ter informado que o ponto n.º 4, designadamente a Proposta n.º 265/2022 da autoria da Câmara Municipal, é retirada.

Passou-se então ao:

PONTO N.º 01

Apreciação e deliberação da proposta do Executivo municipal respeitante aos encargos inerentes à continuidade e a assunção do compromisso plurianual referente ao Contrato n.º 76/2018, celebrado com a Endesa Energia SA – Sucursal Portugal – Proposta n.º 259/2022/CM.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito boa tarde Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, senhores vereadores, membros da Assembleia Municipal e digníssimos munícipes que hoje nos acompanham.



A proposta n.º 259 versa sobre o contrato n.º 76/2018 que era o contrato que terminou em novembro, salvo erro, de 2021, do fornecimento de energia pela Endesa e que, sendo um fornecimento obrigatório, vamos prolongar esse contrato até esta altura. Assim, a proposta que aqui vem é no sentido de dar conhecimento da alteração às GOP's que nós já fizemos. GOP's estas que vêm de 2018, não são as atuais e que já fizemos a alteração ao orçamento, dotando essa GOP atrasada de mais quatro milhões de euros, e fez-se o prolongamento para 2020 que já lá estava na GOP mas não tinha valor suficiente e portanto em orçamento já se dotou essa GOP de mais quatro milhões. O que se pretende é que a Assembleia delibere, não esta operação que já foi feita, mas a repartição de encargos desta GOP para 2022. Portanto, o que está aqui em causa não é o contrato, não é a operação, é a repartição de encargos, uma coisa idêntica àquilo que fizemos com a ponte da Praia de Faro, ainda ontem. Muito obrigado.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Sr. Presidente, senhores membros da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, estimado público.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, nós já aqui falámos mais do que uma vez e penso que, em conjunto, já todos temos alguma reflexão relativamente a este dossier.

Os documentos que nos são presentes trazem informação recente e à qual não podemos deixar de olhar. E portanto olhando ao que de facto importa nesta matéria, percebemos que existe um problema que já todos sabemos, mas, na verdade, a proposta de preços que o atual fornecedor do município apresenta está de facto em linha com o mercado e portanto isso é um ponto que, não sendo positivo porque os valores são altos, mas positivos porque na verdade a proposta aparentemente está alinhada com aquilo que os cobradores estão a oferecer, mas era importante perceber qual foi a origem desta consulta comparativa que nos está aqui presente, ou seja, o que é que motivou estes preços que estão aqui da concorrência, da EDP e da GALP.



Também tentar perceber se existe já alguma informação relativamente à perspetiva da conclusão deste procedimento concursal, que possa vir então a fornecer energia ao município.

Na informação anexa a este documento que vem aqui para votação, é-nos apresentado um parecer jurídico de um advogado que lembra que terá tido ele próprio intervenção relativamente a apoiar o município nesta prorrogação de contrato que está no fundo em vigor, e portanto indicia-se, naquilo que aquele advogado redige, que terá havido, do ponto de vista do seu parecer, um acautelar ou pelo menos algum conforto jurídico, relativamente a se poder alterar o preço dessa prorrogação de contrato e portanto fazemos fé que isso está devidamente seguro do ponto de vista jurídico, de que para além de podermos prorrogar o prazo do contrato também é correto haver uma alteração aos valores unitários de cada uma das linhas de consumo. E portanto, desse ponto de vista e com base nessa fé, também iremos naturalmente apoiar aquilo que aqui está.

Por outro lado, o jurista também, e bem, refere que não se pode pronunciar do ponto de vista comercial – também não lhe competiria – e portanto isso coloca maior pertinência em perceber a origem desta consulta comparativa que aqui está, para nós termos a segurança de que estamos com preços alinhados com o mercado.

Mas, sobretudo, era importante termos, do ponto de vista do executivo, a noção relativamente ao futuro, de qual é a expectativa que temos em termos de timings, de prazos e de perspetiva de virmos a ter com segurança um próximo contrato de abastecimento. Muito obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr. Presidente da Assembleia Municipal muito boa noite, boa noite também para os restantes membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. vereadores presentes, membros da Assembleia Municipal e ao público que nos vê muito boa noite a todos.

Sr. Presidente, apenas uma intervenção para lhe pedir alguns esclarecimentos. Especificamente, em reunião de líderes, o Sr. Presidente explicou que metade dos contadores da Câmara Municipal estariam em mercado regulado e a outra metade estaria em mercado livre. A pergunta é fácil: quais são os contadores que estão em mercado regulado e quais são os contadores que estão em mercado livre? E como é que se chegou à



análise de que contadores deveriam ir para um ou para outro? E dentro desta pergunta específica, relativamente à iluminação pública, se está em mercado regulado ou em mercado livre.

Para já é o único esclarecimento que pretendo pedir. Muito obrigada.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado Sr. Presidente, cumprimento todos.

Nós vamos acompanhar esta retificação, ao fim e ao cabo, do preço da energia e no futuro, face aos aumentos previsíveis. E queria chamar novamente a atenção nesta Assembleia para que se faça, para além da autonomia regional da energia, que será inserido num plano regional, as próprias autarquias locais terem também a sua autonomia local. Isto chama-se descentralizar, acho eu. Energia que poderá ser de painéis solares. Já propus aqui no edifício do Mercado, toda a parte de cima do telhado não é aproveitada a energia ao longo destes anos; as escolas; o próprio Liceu. E também relativamente à energia das marés, que muito temos a estudar ainda, face às condições hidrológicas da baía que é formada, altamente extensa, da Ria Formosa, para tão só baixar o preço da luz. Obrigado.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Boa tarde, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Secretários, membros do Executivo, Sr. Presidente da Câmara, membros da Assembleia Municipal e público presente.

No entender do PAN, há muito que Faro deveria ter apostado no autoconsumo baseado em energias renováveis limpas, mas mais vale tarde do que nunca. E com esta situação atual, só podemos esperar que este aumento exponencial do preço da energia para valores quase estratosféricos, leve o executivo da Câmara Municipal de Faro a trabalhar afincadamente naquilo que deve ser a nossa independência energética do município.

No entender do PAN, é importante trabalhar nesta transição energética e criar um plano de ação para a sustentabilidade energética e climática. Como por exemplo a adesão ao Pacto de Autarcas para a Energia e o Clima, com a instalação de mais painéis fotovoltaicos nos edifícios do município, nas escolas, nos parques de estacionamento, na iluminação



pública e também aquilo que é cada vez mais habitual e é uma tendência do presente, mas que certamente será cada vez mais real no futuro, que é a promoção e a participação em comunidades de energia, para não estarmos tão dependentes de fatores externos. E com isto também trabalharmos na necessária transição energética e redução dos gases de efeito de estufa. Obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, boa noite Sr. Presidente da Câmara Municipal, boa noite minhas senhoras e meus senhores.

Relativamente a este problema, gostava de deixar aqui uma nota, para que a nossa atenção não se esquecesse de olhar para duas coisas importantes quando nós dermos balanço ao ano de 2022. E essas duas coisas são as seguintes: lá por volta de abril/maio, ou até um pouco antes, nós deveremos olhar para todos os grandes fornecedores de energia, seja o gás, seja a eletricidade, seja petróleo e derivados do petróleo, quais os resultados que eles apresentam no ano de exploração de 2022. E devemos ao mesmo tempo olhar para aquilo que vão ser os resultados do exercício orçamental da Câmara Municipal de Faro relativamente ao ano de 2022.

Provavelmente não me enganarei relativamente a esta estimativa, que será fácil, porventura, na altura tirar uma conclusão brilhante, eis como os grandes papam os pequenos! Tenho dito.»

Presidente da Câmara Municipal – «Obrigado, Sr. Presidente.

Para responder à bancada do PSD, este contrato é um contrato que advém de uma forma obrigatória. Porquê? Nós fizemos dois concursos que ficaram desertos, através do acordo quadro da AMAL e depois da eSPap também, e portanto ficamos sem contrato. No entanto, a ENDESA e bem, continuou a fornecer. Portanto nós, desde dezembro de 2021, estamos a gastar energia e não pagamos à ENDESA. E portanto esta prorrogação de contrato que aqui está vem de um acordo e de uma negociação com a ENDESA e que vai permitir até, se não estou em erro, ao próximo mês, que a ENDESA continue a fornecer através deste contrato que aqui está.



E portanto tínhamos que resolver isto, porque a ENDESA e bem, nem sei se o poderia fazer, acho que não, mas continuou a fornecer e nós vamos ter que pagar esse consumo.

Sobre o futuro, nós neste momento temos com o Serviço Universal de Energia, que é quem gere o mercado regulado, já adjudicado um contrato que irá dentro de algum tempo entrar em funcionamento, não sei quais são os contadores, sei que são os que estão em baixa tensão.

Entretanto, estamos já numa fase adiantada com o acordo quadro da eSPap, o novo, para contratualizar com a EDP Comercial (é assim que se chama) tudo o que é média tensão e serviços especializados, esses não entram no mercado regulado. Portanto, os contadores que têm umas características estão num lado, os contadores que têm outras características estão do outro lado e neste momento temos de alguma forma, e por isso é que estamos aqui hoje, a garantia de ter este procedimento resolvido, tanto com a EDP para trás e aquilo que falta e depois para o futuro com o Serviço Universal na baixa tensão (que é o mercado regulado) e a EDP Comercial nos restantes. Muito obrigado.»

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Muito boa noite Sr. Presidente da Mesa, cumprimento em si todos os presentes.

O membro da Assembleia Municipal, Paulo Baptista, fez uma pergunta que eu também fiz ao Sr. Presidente na última Assembleia Municipal, em que lhe perguntei que investimentos, no sentido de reduzirmos a nossa dependência energética, estavam a ser feitos em Faro. Na altura, o Sr. Presidente referiu-me que os investimentos que estavam a ser feitos em Faro eram aqueles que estavam a ser articulados com a AMAL.

Entretanto, fui informar-me um pouco mais sobre o assunto e aquilo que percebi é que devem ser os municípios a mostrar a intenção de investir em energias renováveis, em sistemas de autoconsumo, com vista a diminuir o peso da fatura energética e estarmos menos dependentes dos hidrocarbonetos.

Percebo, e ontem foi aqui feita esta pergunta sobre o dinheiro que já não se vai gastar este ano com a construção da ponte de Praia de Faro, e que esse dinheiro serviria sobretudo para pagar os custos da energia, e a pergunta concreta que lhe faço é: porque não alocar alguma desta verba a



reduzirmos a nossa independência energética e, se o estão a fazer, pediam-lhe por favor informação de que investimentos e que planos a este respeito existem neste momento no Município de Faro?

Ainda sobre a questão das tarifas, eu queria só perguntar... e percebo que no contexto em que o contrato terminou e o fornecedor de energia do município de Faro continuou a fornecer energia, que agora se tenha de fazer a regularização do que aconteceu no passado. Mas fiquei com a dúvida. Porque o mercado regulado não existe desde há oito meses atrás, é algo que, salvo erro, já tem alguns anos para que os municípios se possam associar ao mesmo. E por aquilo que eu vejo, as tarifas do mercado regulado no *site* do Serviço Universal de Eletricidade parecem-me ser mais baratas do que as tarifas que estão na proposta da ENDESA, nomeadamente no que diz respeito aos BTN's e aos BTN's de iluminação pública.

Portanto, percebendo que existia a necessidade de regularizar uma situação do passado, porque é que não se fez logo, quando o município ficou sem contrato, um novo contrato com o Serviço Universal de Eletricidade para o mercado regulado e agora hoje trazia-se apenas o contrato para o que não é regulado? Esta é a pergunta que eu gostaria de colocar. Obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Os investimentos que estamos a fazer hoje nessa área são zero, não sei se era esta resposta que queria ouvir.

Fizemos em 2019 com as luminárias, mudámos todas as luminárias da cidade e temos vindo a trabalhar nesse sentido. Temos vindo a trabalhar com a Universidade para fazer alguns estudos, mas investimento zero, exceto as luminárias.

Sobre o mercado regulado, nunca ninguém se preocupou com isso, todos os municípios e nós próprios, fazíamos um concurso em que metíamos tudo. Porque o mercado regulado e o mercado não regulado funcionavam a par um do outro até agora. E isto está-se a passar em todos os municípios, nas empresas e em todo o lado. As tarifas até 2019, do mercado regulado e do mercado não regulado, andavam praticamente a par e nunca ninguém se preocupou com isso e agora estamos a pagar o



que estamos a pagar e tivemos que ir ver onde é que poderíamos ter outras soluções e por isso é que hoje estamos aqui com esta questão do mercado regulado e do mercado não regulado. Eu não sabia, e digo-vos muito sinceramente, que havia esta distinção e aliás, como digo, só agora é que descobrimos. Porque é que não fizemos isto antes? Porque só agora é que fomos confrontados com o problema.

Este acordo que está aqui com a ENDESA tem tarifas médias para este período, porque em janeiro, fevereiro e março, os valores andaram nos sessenta cêntimos. E portanto o que fizemos com eles é a extensão do contrato e calculamos aqui um valor que pudesse cobrir também esses três meses em que os valores foram altos, mas não podíamos pagar ao longo do tempo sempre esses três meses. E portanto os valores que aqui estão são valores médios calculados nesse sentido. Muito Obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Agradecendo novamente por me ter dado o uso da palavra, serei muito breve e agradecendo evidentemente ao Sr. Presidente da Câmara os esclarecimentos que nos prestou.

A bancada do Partido Socialista está em linha com a intervenção do membro Paulo Baptista do PAN. Consideramos que sim, é necessário que haja um plano de adaptação às alterações climáticas. Este plano já existe, nós sabemos-lo, é um plano pouco ambicioso, não basta escrever documentos e deixá-los no site da Câmara Municipal, é preciso meter a mão na massa, salvaguardando a expressão. E como tal, para que este tipo de problemas no futuro, não é que deixe de existir porque poderá sempre vir a existir, e face ao momento que atravessamos somos evidentemente sensíveis, mas que se possa mitigar não apenas por este tipo de questões, mas também evidentemente por questões ambientais, porque temos esse dever para com os nossos filhos e os nossos netos e com as outras gerações vindouras.

Dito isto, contudo, a bancada do Partido Socialista evidentemente votará a favor da proposta. Muito obrigada.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado. Não registando mais intenções de intervenção, passaremos de imediato à votação do ponto n.º 01 – Proposta n.º 259/2022 da autoria da Câmara Municipal.»



VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 02 (CDU)

Votos a favor – 28 (10PSD;10PS;02CDS;01IL;01CH;01MPT;01PPM;01BE;01PAN)

Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por maioria, com a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 259/2022/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante aos encargos inerentes à continuidade e a assunção do compromisso plurianual referente ao Contrato n.º 76/2018, celebrado com a Endesa Energia SA – Sucursal Portugal, conforme apresentado no ofício n.º 6564, de 26/07/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01	10		01	01	28
Contra											00
Abstenções								02			02

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar o solicitado na Proposta n.º 259/2022/CM.”

Passou-se de seguida ao:

PONTO N.º 02

Apreciação e deliberação da proposta do Executivo municipal respeitante à aquisição de sete parcelas de terreno para a Conclusão da Av.ª Mário A. B. Lyster – Proposta n.º 269/2022/CM; (Ex - Proposta n.º 247/2022/CM).

Presidente da Câmara Municipal – «Obrigado, Sr. Presidente.

Como eu já referi, veio o visto do Tribunal de Contas ao empréstimo e ao financiamento para a Escola EB1JI da Afonso III; para a conclusão da Avenida Mário Lyster Franco, e nessa conclusão tem também uma



componente de obra e uma componente de valor para aquisição dos terrenos que são necessários para o desenvolvimento dessa obra.

Nesse sentido, o que se pretende é que a Assembleia autorize que façamos esta aquisição.

Se olharmos para cada uma das parcelas, são sete parcelas, a que é mais dispendiosa é de cerca de quatrocentos e vinte e tal mil euros. Cada um destes valores estariam na esfera do Presidente ou da Câmara Municipal, a aquisição dos terrenos, não era preciso vir à Assembleia, mas entendemos que, sendo uma operação conjunta, não devíamos estar aqui a parcelar isto porque não é, a partir dos setecentos e tal mil euros é que é competência da Assembleia Municipal autorizar a aquisição destas parcelas. E é nesse sentido que trazemos aqui a autorização. Muito obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito obrigada Sr. Presidente, por me dar a palavra mais uma vez.

Para já, é um pedido de esclarecimento e mais uma vez uma chamada de atenção.

Sr. Presidente, parte do financiamento de aquisição das parcelas de terreno será obtido no âmbito de contrato de crédito de médio/longo prazo; perguntamos qual é o valor que será obtido neste contrato de crédito.

Por outro lado, gostaríamos de dizer que este documento que está junto à proposta que nos chega é, mais uma vez, absolutamente ilegível. Eu não consigo perceber, sei que são sete parcelas mas não consigo perceber nem uma. Isto claramente não é prestar uma boa informação aos deputados municipais, porque imagino que nenhum deputado municipal aqui presente tenha tido a capacidade de perceber quais são estas sete parcelas, onde é que elas estão e como é que as conseguimos identificar. Pelo que agradecia, e já chamei a atenção ontem relativamente a um outro documento, agradecia que de futuro, para que possamos estar devidamente esclarecidos sobre os documentos que nos chegam, nos mandem documentos em condições. Muito obrigada.»



O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito obrigada. Cumprimentar o Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes.

Só uma dúvida: daquilo que se consegue ler do documento, na página três, temos aqui uma informação – isto sou eu a falar sem ser especialista da área, mas interpretando o português da forma que a minha formação me permite – é referido que estima-se que o encargo será de oitocentos e setenta mil setecentos e oitenta e um euros e dezassete cêntimos, e foram consultados a maioria dos proprietários das parcelas de terreno para se pronunciarem. Diz a seguir que parte dos proprietários já se pronunciaram, sendo necessário dotar o orçamento municipal com os respetivos valores. Fiquei com dúvidas. O valor que estamos aqui a aprovar é o que está apresentado no documento; mas depois é referido que a verba diz respeito a quem já se pronunciou, ou a todos? Não havendo uma pronúncia por parte de todos os proprietários, qual é o ponto de situação neste momento?

Portanto, acabei em termos de interpretação do português, de ficar aqui com estas questões que estou agora a colocar e que a bancada do PS está agora a colocar para esclarecimento. Muito obrigada.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente, obrigado.

Sr. Presidente, esta é uma questão que se nos coloca várias vezes, julgo que a nós todos, membros desta Assembleia Municipal, que é os responsáveis da Câmara Municipal considerarem que os assuntos podem chegar aqui um pouco *embalados* de qualquer maneira.

O município de Faro vai adquirir sete parcelas, em cerca de um hectare no conjunto, custam perto de um milhão de euros e nós não temos acesso, num simples desenho, a perceber duas coisas fundamentais: quais são as parcelas e qual é a parte dessas parcelas que vai ser utilizada pela obra e porventura qual é a parte dessas parcelas sobrança da obra. Porque me parece, como porventura será óbvio, que a área das parcelas a adquirir não coincide com a área das parcelas necessárias à obra. E esta questão, atendendo àquilo que vai ser a envolvente futura da obra, não é assim uma questão tão despicienda como tudo isso.



Eu acho que relativamente a este assunto e relativamente a outros assuntos, nós e outros membros desta Assembleia já abordaram de modo recorrente alguém responsável de quem prepara os assuntos para a Assembleia Municipal, e que tem perfeita consciência daquilo que é essencial e daquilo que é acessório, cuidasse um bocadinho melhor destes aspetos. Era só, muito obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dar aqui algumas notas. Primeiro, das sete parcelas que aí estão, há cinco que até são das maiores, não sei dizer quais são as outras duas, aliás até são as mais pequenas, que já responderam aceitando o valor da avaliação. Estes valores que aqui estão são calculados e foram feitos por um avaliador externo e, como digo, há cinco proprietários que foram notificados logo na altura, apresentámos o valor e responderam que aceitavam; aliás, estivemos à espera do financiamento e agora estão à espera desta deliberação para podermos fazer as escrituras e dar seguimento. Mas há duas parcelas que não tivemos resposta.

Portanto, há cinco deles que o problema já está resolvido, porque eles já sabem o valor e disseram que sim e portanto é passar à frente. Dos outros dois, que eu confesso que não tenho aqui a informação de quais são, mas sei que são dos mais pequenos, não tivemos resposta ainda, vamos novamente contactá-los, e os valores de avaliação são estes.

Quando se diz que o Presidente pode ter aqui alguma margem de avaliação, imaginem que – isso já tem acontecido noutras – estes trinta metros, que têm um valor por metro quadrado calculado, e que o senhor vem pedir, em vez de dois mil e quinhentos, pede três mil. São valores sem expressão em que a gente pode perfeitamente aceitar. Se pedirem trinta ou quarenta mil euros vamos para expropriação, o Tribunal um dia decidirá e o assunto está resolvido. Se forem valores dentro desta ordem de grandeza, são cálculos que têm a ver com índices e portanto são perfeitamente discutíveis, dentro da margem que cada um de nós pode aceitar. E portanto é nesse sentido que se coloca a deliberação aqui.

Depois, este financiamento está incluído naqueles cerca de cinco milhões de euros, que nós aqui aprovamos e que depois foi para visto do Tribunal de Contas, em que tem uma componente que é: estes empréstimos só



podem ser utilizados aqui, se não foram utilizados aqui nós não podemos utilizar noutra obra qualquer. E portanto há uma componente que é para a construção da EB1 da Afonso III, a outra componente é para a construção desta via e a outra componente, que são os oitocentos e setenta mil euros, é para a aquisição disto – não tenho agora aqui a proposta, mas ela foi aprovada na Assembleia.

Para além disso, eu peço desculpa, mas também deixem-me dizer mais qualquer coisa por os documentos estarem assim, mas também desculpem-me, eu se estivesse aí e recebesse um documento destes a primeira coisa que fazia era mandar um e-mail aos serviços a dizer para me mandar os documentos legíveis. Ontem estivemos aqui, alguém me podia ter dito e eu tinha mandado hoje. Isto aos serviços dá muito trabalho, eu percebo e têm razão naquilo que dizem, mas desculpem lá isto está ao clique de um e-mail a pedir as coisas como deve ser. Chamarei à atenção, aliás como chamei já esta semana, para termos algum cuidado. Isso também se passa com os vereadores que, quando isso acontece, dizem: olhe este documento não veio, ou falta um documento ou qualquer coisa. Portanto, era isso que vos pedia relativamente a esta questão.

Nesse mapa que aí está, há um projeto de expropriação e isto está também no Plano de Pormenor da Lejana que foi aqui aprovado e está lá bem explícito. Aliás, se formos ao Plano de Pormenor da Lejana está lá a urbanização com todas as parcelas e bem definida esta via que aqui está. No entanto, este mapa que aqui está faz parte desse projeto, do projeto de obra que é o capítulo das expropriações onde está lá bem definido as áreas e também as parcelas de onde elas saem, deixando as áreas.

Dou-vos outro exemplo que já aconteceu nesta primeira fase da Avenida 25 de Abril. Nós tínhamos expropriado uma parcela que era de cento e tal metros e sobrava setenta metros para o proprietário, e o senhor veio ter connosco e disse: o que é que eu faço com estes setenta metros? E eu respondi: não faz nada. E ele respondeu: então fique com o resto. E nós comprámos os setenta metros, também não nos servem para nada, mas não prejudicamos o senhor e compramos a parcela toda, pois ele não ia fazer com setenta metros rigorosamente nada. Portanto, é essa negociação que nós também fazemos com os proprietários quando realmente se justifica.



Há um outro caso de um processo antigo, em que nós ficamos com cento e trinta metros, o senhor tem lá mil e trezentos e quer que a gente compre aquilo. Não vamos comprar porque aquilo não tem interesse nenhum para nós e não é significativo uma coisa com a outra. Mas é esta negociação que de alguma forma fazemos. Obrigado.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aproveitar aqui, face a uma informação ou a uma reprimenda por parte do Sr. Presidente da Câmara, no que diz respeito aos documentos e à ilegibilidade dos ditos, referir que a bancada do PS lê ao documentos todos, faz questão de fazer o seu trabalho de casa e, sim, deparou-se com muita dificuldade em conseguir decifrar os grafemas que se apresentavam nos documentos. Teve o cuidado de enviar um e-mail, teve o cuidado de telefonar à D. São que responde com todo o seu esforço, que os serviços não tinham toner, para apresentarem aquele documento com maior legibilidade. O que faz a D. São? Provavelmente pega numa lupa e tenta, ao telefone, decifrar-me as letras pequeniníssimas que eu já com esta idade não tenho capacidade para conseguir ler... Portanto, menos! Há aqui um esforço, não pode haver uma reprimenda porque não me parece que a responsabilidade seja exclusiva, ou sequer seja, da bancada do PS.

Aproveito para referir que o PS vai votar a favor deste ponto da ordem de trabalhos, mas deixar a ressalva que nós estamos aqui para trabalhar. Muito obrigada.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Muito obrigada a todos. Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, demais vereadores e os meus colegas.

Basicamente, queria referir duas notas. Queria referir que esta infraestrutura é uma infraestrutura essencial para o desenvolvimento da cidade, a nível de uma rede viária que está incompleta e um pouco desconexa. Efetivamente, há muito que se devia ter terminado as várias circulares que estão na cidade para poder ter uma circulação eficiente. Faz sentido esta estrutura viária e portanto a nossa bancada vai votar a favor.



No entanto, lamentamos um pouco a falta de informação, porque, de facto, há algumas peças que seriam importantes fazer parte desta proposta, nomeadamente as várias fichas. Foi feita uma descrição das fichas naquele cabeçalho, com um quadro; a verdade é que deviam ter sido anexadas as fichas, por terreno, em que têm não só a geometria, a identificação das pessoas e a própria avaliação. Esse trabalho está todo feito e sei que isso está na Câmara, mas a verdade é que não chega aqui e isso é um pouco lamentável porque de facto ficamos desprovidos do conteúdo da própria proposta.

De resto, também penso que, em princípio, presumo, e estamos num pressuposto, que terá sido dado cumprimento ao Plano, porque o projeto é um projeto de execução, mas o Plano pode ter *nuances* que o projeto de rede viária possa ter sido alterado. Não consigo confirmar, nem existe nenhuma informação técnica que consiga referir que se está a dar cumprimento na íntegra a todos os requisitos que estavam no Plano. Mas em princípio estamos com esse pressuposto que, de facto, a rede viária corresponde ao traçado e àquilo que está definido, tanto no Plano de Pormenor da Lejana, como no Plano de Pormenor de Vale da Amoreira, porque me parece que toca também ali numa área no Vale da Amoreira. Tenho dito. Obrigada.»

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação do Ponto nº 2 – Proposta nº 269/2022/CM

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 02 (CDU)

Votos a favor – 28 (10PSD;10PS;02CDS;01IL;01CH;01MPT;01PPM;01BE;01PAN)

Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por maioria, com a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 269/2022/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante à aquisição de sete parcelas de terreno para a Conclusão da Av.^a



Mário A.B. Lyster, conforme apresentado no ofício n.º 6568, de 26/07/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01	10		01	01	28
Contra											00
Abstencões								02			02

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar o solicitado na Proposta n.º 269/2022/CM.”

PONTO N.º 03

Apreciação e deliberação da proposta do Executivo municipal respeitante ao 3.º Aditamento ao Auto de Transferência de Recursos para a Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe – Proposta n.º 272/2022/CM; (Ex-Proposta n.º 250/2022/CM)

Presidente da Câmara Municipal – «Como se acabou de referir, este é um 3.º Aditamento ao Auto de Transferência de Competências. Foi feito um 1.º há quatro anos; um 2.º que veio aqui para atualizar um conjunto de dados que o outro tinha, e este é o 3.º para, de alguma forma, adequar aquilo que existe neste momento relativamente às viaturas.

A Junta de Santa Bárbara tinha lá uma viatura que foi abatida, nós comprometemo-nos a substituir. O ano passado fizemos um concurso, a empresa que ganhou esse concurso tinha noventa dias para entregar a viatura (um camião daqueles de 3500 quilos, salvo erro) e só chegou agora um ano depois. A empresa foi pedindo prorrogação de prazo e só agora (há 8 ou 15 dias, salvo erro) é que entregámos essa viatura à Junta. E portanto, este 3.º aditamento de alguma forma pretende regularizar essa situação, não é mais do que isso. Muito obrigado.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe – «Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Faro, Sr. Presidente da Câmara, Srs. vereadores, membros da Assembleia, Exm.º público, funcionárias do município, muito boa noite a todos.



Queria, em primeiro lugar, agradecer o esforço que o município fez para resolver a situação da viatura. De facto, tínhamos problemas com a outra viatura que tinha sido cedida anteriormente, e aconteceu esta demora toda, naturalmente pelas dificuldades que existem agora no comércio internacional, inclusive nas viaturas automóveis.

E já agora aproveitava para deixar nota que, apesar das dificuldades e dos desafios, nomeadamente financeiros, que o município atravessa, julgo que seria sempre de estar em cima da mesa aproveitarmos todas as possibilidades que existirem para continuar a descentralizar competências do Município nas Juntas de Freguesia.

Tem sido um sucesso as transferências das competências para as Juntas de Freguesia, competências diferenciadas nalguns casos, consoante as características de cada Junta de Freguesia, mas penso que uma esmagadora maioria dos munícipes reconhecem que as competências que as Juntas de Freguesia passaram a desempenhar, em todas as freguesias, passaram a ser desempenhadas muito melhor do que o município desempenhava antes. E o desafio que eu gostava de deixar em cima da mesa é que se continuasse por este caminho. Às vezes não é preciso ser a descentralização de grandes competências e de grandes montantes financeiros, mas há pequenas coisas que ajudariam muito a resolver problemas para os munícipes. Por exemplo, o Polidesportivo de Santa Bárbara de Nexe precisa de manutenção e nós não temos descentralizada nenhuma verba para esse efeito. Este é só um dos exemplos e não é preciso grandes verbas, não estamos a falar de largas dezenas nem centenas de milhares de euros, mas é um bom caminho que o município pode seguir. Muito obrigado.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente.

O PS considera que as freguesias, com o nível de proximidade que têm com as populações, devem ser valorizadas neste enquadramento. Portanto, congratular esta disponibilização deste recurso e solicitar aquilo que acabei de ouvir por parte da bancada da CDU, que se trabalhe, que se dê mais importância, que se articule com mais veemência tudo aquilo que o município em termos legais pode fazer.



Porque sou testemunha deste tipo de proximidade com as populações da freguesia onde moro, na realidade há aqui a possibilidade do próprio cidadão se dirigir a quem toma decisões e resolve os seus problemas de forma mais rápida, célere e familiar.

Eu penso que a linha do exercício da política do futuro tem que ser neste enquadramento, descentralização, proximidade e familiaridade. É isso que o PS pretende com esta descentralização, que não foca só aqui mas em tudo o resto que já se sabe.

Neste enquadramento o PS vai votar a favor deste ponto. Muito obrigada.»

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação do ponto n.º 3.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 30

Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 272/2022/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante ao 3.º Aditamento ao Auto de Transferência de Recursos para a Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe, conforme apresentado no ofício n.º 6566, de 26/07/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01	10	02	01	01	30
Contra											00
Abstenções											00

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o solicitado na Proposta n.º 272/2022/CM”.

PONTO N.º 04 – Retirado da Ordem do Dia

Presidente da Assembleia Municipal – «O ponto n.º 04, como tive ocasião de informar, por solicitação do Executivo da Câmara Municipal foi retirado.»



PONTO N.º 05

Apreciação e deliberação da proposta do Executivo municipal respeitante à Concessão de exploração do serviço de transporte regular com embarcações de passageiros entre Faro – Ilha do Farol e Culatra, na Ria Formosa, Algarve – Procedimento concursal – Proposta 256/2022/CM.»

Presidente da Câmara Municipal – «Obrigado, Sr. Presidente.

Este ponto traz aqui, ao fim e ao cabo, um conjunto de regras no caderno de encargos, para a exploração do serviço de transporte regular com embarcações, no percurso Faro-Farol-Culatra e, sendo uma concessão, é a Assembleia Municipal que tem competência para autorizar essa mesma concessão.

Nós temos neste momento um promotor a fazer esse trabalho, que vem ainda do tempo da Docapesca, embora já tenha terminado mas ele próprio tem obrigação de dar continuidade ao desenvolvimento desse serviço enquanto não houver novo concurso. Estivemos a trabalhar nos últimos dois anos nisto, tivemos os pareceres correspondentes e, neste momento, estamos em condições de lançar concurso, não será para este ano é evidente, mas para os próximos dez anos lançar concurso para alguém fazer este serviço. Muito obrigado.»

O membro da AM, Célia Gonçalves (BE) – «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, membros desta Assembleia e público presente.

O BE gostaria de perguntar porque é que o caderno de encargos não valoriza as emissões dos motores das embarcações, sistema de bilheteira eletrónica e de georeferenciação de embarcações, e integração do transporte marítimo no sistema de passe único multimodal? É só. Obrigada.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente e demais pessoas das bancadas.

Eu gostava de colocar algumas questões.



Aquilo que eu percebo daqui, é que há aqui algumas coisas que parecem muito contraditórias. Primeiro, parece que existe um caderno de encargos que define que existem viagens todo o ano, essa é a primeira questão. É suposto haver uma obrigação todo o ano?

Depois, a segunda pergunta: existe uma cláusula, a 19.^a, que tem o ponto 1, que refere que “o serviço de transportes coletivos integra as carreiras indicadas no n.º 1 da cláusula 5.^a, as quais devem funcionar durante todo o ano”, mas depois nós vamos à cláusula 5.^a e não está lá especificado nada. É uma pergunta.

Por outro lado, fala na cláusula 16.^a, em ambiente, em que diz que do ponto 1, não pode resultar qualquer efeito de poluição do ambiente. Mas penso que isso é uma impossibilidade – a não ser que fossem painéis solares, não pode resultar qualquer efeito de poluição no ambiente, é uma condição quase impossível de cumprir, parece-me a mim. Há aqui uma questão que me parece um pouco contraditória.

Depois, gostava também de perguntar se é possível introduzir ainda a questão dos acessos a pessoas de mobilidade reduzida nos barcos. Isto porque na memória descritiva aparece uma referência, o anexo está referenciado como uma questão que os barcos devem conter, mas depois no caderno de encargos não aparece nenhuma exigência. Ou seja, aparece na memória descritiva como se fosse um dado e um requisito, mas depois no caderno de encargos não está expressa essa obrigação. É uma questão de esclarecimento. Obrigada.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Boa noite, Sr. Presidente.

O documento refere que a adjudicação será feita de acordo com a proposta que for economicamente mais vantajosa. Na leitura feita, não há nota de qualquer tipo de condicionantes ou obrigações de cariz ambiental para quem irá concorrer a este concurso. E quando se fala tanto em transição energética e diversificação do setor económico, a Câmara Municipal de Faro vai abrir um concurso para quinze anos, daqui a quinze anos serão barcos obsoletos, quando até temos em Olhão uma empresa de referência mundial de construção de barcos não poluentes movidos exclusivamente a energia solar. E que não se diga que não é viável. Era viável o ano passado, quando votámos um documento semelhante para a carreira para



a Ilha Deserta, é ainda mais viável hoje quando vemos a subida dos preços dos combustíveis. Fica o exercício de pensar o que é que será que poupamos, em quinze anos, sem utilizar uma gota de combustível?

Mesmo que a aquisição do barco à partida seja um pouco mais cara, este investimento é recuperado extremamente rápido, se estivermos a falar em fatores estritamente económicos. Mas, também, o quanto é que estamos a poupar a Ria Formosa e o planeta de poluição desnecessária nos próximos quinze anos? São toneladas e toneladas de CO2 e menos poluição sonora e também das águas da nossa Ria Formosa.

Nós temos um discurso habitual, e que é necessário obviamente, de consciencialização para a proteção da Ria Formosa, nas escolas para as crianças e para os cidadãos. Mas não são as crianças e não são os cidadãos comuns que tomam as decisões que mais afetam negativamente a Ria Formosa. As pontes e as marinas desta vida somos nós, somos nós que aqui tomamos essas decisões.

O PAN não pode votar favoravelmente, isto é continuar a fazer o que sempre fizemos de errado e não vai mudar nada, só vai piorar a situação. Temos que deixar as palavras e, nas nossas propostas e visão de futuro, incorporar a regeneração mais do que a sustentabilidade ambiental. Se esta proposta se mantiver assim, vamos votar contra.»

O membro da AM, Filipe Nascimento (MPT) – «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara e todos os presentes.

Esta proposta deixa-me um bocadinho triste, porque no historial desta Assembleia houve várias ações em que uma das grandes preocupações sempre foi a acessibilidade às Ilhas. E este concurso peca por tudo aquilo que já foi pedido anteriormente, porque vê-se na memória descritiva que pode ser previsto a acessibilidade, mas não se vê em mais nenhum ponto a obrigatoriedade de os barcos serem acessíveis.

Isto para nós é um ponto que não pode passar em claro, o facto de neste momento os barcos não serem acessíveis, quanto mais o contrato ser para quinze anos. Nós não podemos hipotecar o acesso com mobilidade condicionada às ilhas por quinze anos. Isto, pela parte do MPT, não passa enquanto este ponto não for corrigido.»



O membro da AM, Ana Passos (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente na sua pessoa cumprimento a restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, executivo, caros colegas, funcionários e Exm.º público.

Também é um pedido de esclarecimento, é uma questão que o Partido Socialista já aqui trouxe anteriormente, que tem a ver com a igualdade relativamente aos horários de transporte entre as duas ilhas, o Farol e a Culatra.

A partir da documentação que nos foi enviada, não está claro que ambas as Ilhas terão igualdade de fornecimento de transportes. Fala no sentido de Faro-Farol-Culatra no número de viagens já aqui referenciadas, mas não diz se existe harmonização relativamente aos horários de modo a que não haja desigualdade de acesso às comunidades, quer da Culatra, quer da Ilha do Farol. Muito obrigada.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Os meus melhores cumprimentos à Mesa e muito obrigada por me dar a palavra.

A bancada do Partido Socialista acompanha as dúvidas, acompanha as posições, mas há aqui algo que verdadeiramente nos choca.

Esta Assembleia Municipal esteve, há pouco tempo, a discutir o nome que havíamos de dar ao aeroporto da nossa cidade. O que está em causa é a capitalidade da cidade! Mas depois não está em causa a capitalidade desta cidade quando as portas do mar nem tão pouco servem às pessoas com mobilidade reduzida. Quando nem sequer olhamos para os nossos que sofrem com algum tipo de desigualdade e nem sequer temos a capacidade de nós farenses, Executivo da Câmara Municipal de Faro, permitir a igualdade dentro da desigualdade. E temos a coragem de dizer que a capitalidade de Faro se assume num nome... Não, não! A capitalidade de Faro assume-se quando não somos obrigados a mandar o Filipe Nascimento ir apanhar um barco em Olhão – para ir para as Ilhas que são de Faro! É assim que a capitalidade de Faro se assume. E portanto, muito me choca que estejamos impávidos a olhar uns para os outros e não tomemos verdadeiramente as dores e as mágoas da forma como tratamos quem não pode ter duas pernas para entrar dentro de um barco. Lamento dizê-lo desta maneira. Choca? Pois choca, mas a verdade é esta, pura e



dura! E pretendemos desta maneira dizer que Faro é capital, mas apresentamos este tipo de concurso público. Porque depois dizemos assim: *mas já fizemos um que ficou deserto!* Façamos os que tivermos que fazer para conseguir dar respostas a toda a gente!

Mais, quando dizemos isto, não estamos a dizer que não pensamos nos Ilhéus e nas pessoas que vivem nas nossas Ilhas, porque pensamos! Queremos é dar qualidade de vida a todos! E que isto seja possível fazer, já agora, a partir de Faro e não a partir de Olhão.

Sr. Presidente, a nossa posição, e face às críticas que aqui se têm levantado, apesar de ainda não ter ouvido algumas das bancadas, a nossa posição é: Sr. Presidente, retire esta proposta, altere os termos da proposta do concurso, de forma a que ela possa ser consentânea, a fim de darmos resposta aos munícipes, aos turistas, aos ilhéus e a todos. Mas na certeza – e, Sr. Presidente, peço-lhe que me dê esta resposta – na certeza que a retirada deste ponto não colocará em causa o transporte para as Ilhas, especialmente das pessoas que lá vivem, porque essas sim têm mesmo de lá ir, os turistas até podem ir ali à Deserta onde pagam mais, mas os Ilhéus têm que ir para as Ilhas.

Portanto, Sr. Presidente, sugerimos a retirada deste ponto, a mudança do caderno de encargos e da forma como ele está feito, tendo em consideração as questões ambientais que foram aqui levantadas, tendo em consideração a situação da mobilidade reduzida, retirar o ponto, acrescentar o que deve ser acrescentado e assim voltar a trazer a esta Assembleia Municipal um concurso com pés e cabeça. Muito obrigada, Sr. Presidente.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fico sempre muito sensibilizado quando se fala no aeroporto, mas tenho que ultrapassar isto, é um problema meu...

E da capitalidade também é uma coisa que a mim me diz muito. Aliás, eu acho que devíamos mudar o nome do Crematório de Faro... eu proponho e peço aqui que alguém dê propostas, de em vez ser Faro ser outra coisa qualquer... Eu estou aqui, oiço tudo, acho que também tenho o direito de vos obrigar a ouvir aquilo que eu digo



Sobre este tema agora vindo aqui, é assim: nós já fizemos um concurso por dez anos e ficou deserto. Falámos com o operador e o operador diz-nos *nós temos que comprar um barco* (que aliás acho que o senhor já comprou), *mas com dez anos eu vou para outra rota*. E fizemos um estudo para quinze anos, nós só temos capacidade para dez anos, pedimos à Autoridade Instituto de Mobilidade e Transporte, que foi sensível e fizemos isso.

Eu proponho, mas não dou garantia nenhuma, porque eu não tenho poder para garantir nada. Mas a minha convicção é que não vai haver problema, para este ano está garantido e até ao próximo ano há de se garantir. Mas eu proponho que: eu retiro a proposta, mas a Comissão da Assembleia vai pegar nisto e vai-nos ajudar a fazer o trabalho! Porque cada um diz qualquer coisa, eu agora tomei notas e vou lá alterar, daqui a pouco venho aqui outra vez e vão-me dizer, mas falta isto ou falta aquilo. Alguém da Assembleia que nos ajude a fazer isto. Eu posso mandar isto para os técnicos... a membro Célia falou ali em duas coisas que eu não faço a mínima ideia do que é que ela falou, peço desculpa mas é assim, cada um tem a sua ignorância. Portanto, será normal que nos ajudem a fazer isto, de forma a que a Assembleia se sinta confortável com aquilo que lá vai pôr.

Eu antecipo já que vamos ter um concurso deserto, mas, pronto, ficaremos todos bem com a nossa consciência porque tentamos e não conseguimos, que foi o que a gente já fez.

Portanto, eu retiro a proposta e pedia que, até 30 de setembro, os serviços reuniam com quem entenderam da Assembleia Municipal; introduzimos as questões que aqui foram levantadas e evidentemente outras que possam ser pertinentes; alteramos o estudo económico, mandamos à Autoridade de Transportes, eles hão de dar um parecer e a gente faz novo concurso.

É que há uma coisa que é da minha parte, que é retirar o ponto, e há outra coisa que é da Assembleia.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado Sr. Presidente. Eu vou tentar interpretar e dar forma jurídica àquilo que foi o raciocínio



do Sr. Presidente e que imagino, pelas intervenções que temos vindo a ter, que seja uma vontade plural e representativa da Assembleia...

Sr. Gameiro Alves, por favor tem a palavra e faça favor de interpretar aquilo que eu ia dizer...»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu vou responder à pergunta que me fez. A nossa posição é contrária à do Sr. Presidente da Câmara e portanto vamos ouvir a nossa líder de bancada Teresa Correia. É isso que lhe queria dizer.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Lamento que não tenha acrescentado nada à discussão. Porque eu estava a tentar interpretar aquilo que era a vontade das bancadas e aquilo que o Sr. Presidente tinha sugerido.

O Sr. Presidente só pode sugerir à Assembleia Municipal que uma qualquer matéria desça, mas para o fazer ele não pode retirar a proposta. É por isso que eu solicito ao Sr. Presidente que não retire a proposta e, se alguma bancada entender que a matéria deve descer à Comissão para ser aperfeiçoado os termos da proposta, com as alterações que entendam apresentar, que use desse direito potestativo que tem e automaticamente a matéria fica até ao dia 30 de setembro, creio que é um prazo razoável, no âmbito da Comissão de Urbanismo, Planeamento, Mobilidade e Obras Municipais.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Caro Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, caro Sr. Presidente da Câmara, caros colegas.

A bancada do PSD, perante os esclarecimentos, tem intenção de votar na generalidade e de pedir que esta proposta baixe à Comissão. Portanto, nós concretizamos aqui esse pedido e assumimos isso, até porque as questões que estão em cima da mesa são bastante relevantes, estamos a falar de um concurso que vai durar quinze anos. E depois há uma coisa que me surpreende um pouco no meio disto tudo, que é a viabilidade económica.

A bancada do PSD solicita que esta proposta, em concreto a concessão, baixe à Comissão respetiva, para efetivamente tentar melhorar o documento.»



O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Este concurso foi aprovado em sede de Executivo. E vamos aqui esclarecer de uma vez por todas. As propostas que estão aqui presentes e que foram discutidas em sede do Executivo e que são discutidas na Assembleia Municipal, ou são votadas ou são rejeitadas! E ao serem rejeitadas tem que haver um motivo, aí sim, há um motivo para baixar à Comissão.

Não há lógica nenhuma que depois da proposta ser votada na Assembleia Municipal... Qualquer proposta que venha do Executivo, depois de ser aprovada em sede do Executivo e ser aprovada na Assembleia Municipal, não pode baixar a nenhuma Comissão para revisão.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado, eu já entendi a posição do Partido Socialista em relação a essa matéria. Essa não é a posição da Mesa e se o Partido Socialista entender pode recorrer desse entendimento para plenário, é como entenderem. Aliás, consultando a lei, a lei estabelece quais é que são as matérias que são de iniciativa da Câmara Municipal e aprovação da Assembleia Municipal, designadamente o Orçamento, e as iniciativas que são da Câmara Municipal mas que a Assembleia Municipal pode proceder a alterações.

Estamos aqui a tratar do modelo que se utiliza para proceder a alterações, modelo que se adotou aqui, é a permissão da Assembleia Municipal deliberar na generalidade sobre uma dada matéria, a matéria descer à Comissão, a Comissão apresentar ou não alterações e, depois, ela mais uma vez subir ao plenário da Assembleia Municipal para ser decidida.

Portanto, desculpem-me, eu creio que isto não é burocratizar a questão, eu creio é que é cumprir fielmente o que a lei estabelece.

Se os senhores entenderem que a Assembleia Municipal não deve exercer todo o sentido e o alcance das prerrogativas que a lei lhe atribui, é uma coisa e é um entendimento respeitável, não podem é solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal que não cumpra religiosamente a prescrição que a lei estabelece, isso já não nos compete. Portanto, é um direito potestativo de qualquer bancada, porque tem vontade de alterar e discutir a matéria na especialidade, que isso se faça.



Para a matéria descer à especialidade, a proposta não pode ser retirada porque senão há um objeto inexistente. Portanto, eu creio que o entendimento está feito. Se porventura demonstrarem que este entendimento está errado, eu não tenho problema rigorosamente nenhum em proceder à alteração desse entendimento. Mas até agora ninguém o fez e portanto vamos continuar a utilizar este enquadramento que já foi decidido e que já foi discutido em conferência de líderes.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr. Presidente, muito obrigada por me ter dado a palavra, cumprimentando-o novamente.

Tenho uma dúvida no que concerne ao seu entendimento! Considerando que este tipo de documentos são documentos que, regra geral, sem pôr em causa que a Assembleia os pode alterar nos termos da Lei 75/2013 art.º25º n.º 03, a *contrario sensu*, tenho uma dúvida.

Se grande parte destes documentos tem que estar em audição pública durante trinta dias, a minha questão é: alterando esta Assembleia Municipal este documento, alterações essas que ficam automáticas na lei, pergunto o que é que acontece se nós as alterarmos?

Eu estou a colocar esta questão porque nunca outrora vi nesta Assembleia Municipal uma alteração! E portanto estou-lhe a colocar a questão porque imagino que já a tenha estudado. Muito obrigada, Sr. Presidente.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado pela questão, creio que é pertinente e me dá oportunidade de esclarecer.

Passa-se exatamente a mesma coisa que se passa num projeto de Lei! Há propostas de Lei do Governo que têm que ser submetidas a discussão pública, mas quem tem a prerrogativa de aprovar ou alterar é a Assembleia da República, para traçar aqui um paralelismo. E portanto quem apresente uma proposta de Lei que tem que ser submetida a discussão pública, essa proposta depois é suscetível de ser alterada. A discussão pública serve para munir aquele que apresenta a iniciativa, se quiser ou não, fazer alterações a essa iniciativa. Mas isso não inibe a Assembleia Municipal de fazer alterações. Porque entender em sentido oposto significaria que, sempre que houvesse discussão pública, a Assembleia Municipal nunca pudesse alterar e esse não é o espírito da lei,



como anotou e bem que estabelece a contrário no art.º 25 n.º 03 que a Assembleia Municipal pode alterar todas as propostas que são submetidas pela Câmara Municipal, exceto aquelas que estão previstas nas alíneas a), e),i), f) e mais umas quantas, e portanto a questão fica resolvida dessa forma.»

Presidente da Câmara Municipal – «Só para esclarecer que estamos na presença de uma concessão, não tem apreciação pública, os regulamentos sim. Tem obrigatoriedade de um parecer vinculativo da Autoridade de Transportes, que foi o que nós fizemos relativamente a isso. E eu referi que o máximo que nós podemos ter neste tipo de concessões são dez anos e a Autoridade de Transportes autorizou-nos a ter quinze anos justificando por isso.

Este documento que está aqui foi terminado com o Parecer (que mudava algumas questões e nós cumprimos isso), e o que terá que acontecer é: a Assembleia fará as alterações que entender, mas antes de o aprovar temos que ter parecer vinculativo da Autoridade. Não podemos agora chegar aqui, fazer alterações e assumir que o parecer anterior é válido para isso. Portanto, queria só deixar esta nota aqui, mas isso é um passo no processo se o entenderem.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente, perdoe-me a franqueza, mas eu gostava que a sua experiência parlamentar pudesse contribuir mais positivamente para o funcionamento desta Assembleia.

Admito poder estar errado, mas acho que aqui não estão deputados, embora a gente às vezes goste de se tratar uns aos outros por deputados. Também gostam muito de considerar isto como uma Assembleia da República “municipal”. Isto não é uma Assembleia da República “Municipal”, isto é uma Assembleia Municipal!

Depois, aparece uma situação destas.

Eu já tive ontem ocasião de expressar a minha opinião. Articular as Comissões criadas na Assembleia Municipal com o trabalho desenvolvido nos serviços e na Câmara Municipal no sentido de, em tempo oportuno, poder haver contributos válidos para a regulamentação que esteja em preparação, é uma coisa. Não sendo especialista nem jurista, nem



querendo ser nestas matérias, atendendo a questões objetivamente práticas de funcionamento e de articulação da Assembleia Municipal com a Câmara Municipal, deve ser uma preocupação independentemente da diversidade de forças política/partidárias em presença.

Ouvi atentamente a membro Teresa Correia desta Assembleia Municipal, que solicitou que o documento que aqui foi apresentado baixasse à Comissão. Então nós, da CDU, podemos dizer assim: baixe à Comissão – mas não o ponham à votação, porque se o puserem à votação ele não vai para a Comissão fazer nada! Não brinquemos às Assembleias da República “Municipais”!

Sr. Presidente, se eu entendo da sua expressão que está de acordo, sigamos em frente. Obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado pela sua observação.

Eu queria só esclarecer o seguinte: uma matéria pode descer sem votação, como pode descer com votação, é como se fosse uma votação na generalidade. E uma votação na generalidade favorável quer dizer que se concorda com os princípios orientadores de uma proposta, mas ainda assim, o corpo legislativo em causa não se demite de se pronunciar sobre eles.

Agora não me peçam a mim, e isso não farei, porque a legislação estabelece e não a explore em todas as suas dimensões. Se o entendimento da Assembleia, dos grupos em concreto, for que não se deve usar esta prerrogativa que a Lei lhes permite, então não a usem. Agora não podem é, depois de a usarem, solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal que faça uma interpretação diversa do que a lei estabelece, isso eu não estou em condições de fazer.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr. Presidente obrigada por me dar a palavra.

Sr. Presidente da Câmara, agradeço a explicação que me fez relativamente à concessão. A minha questão estava mais vocacionada para a situação dos regulamentos que ontem até se colocou.»



Presidente da Assembleia Municipal – «Eu peço desculpa, nós não estamos a tratar dessa matéria aqui. Isto foi um incidente que se levantou a propósito da descida à Comissão desta matéria. Não vamos abrir aqui uma discussão relativa à questão dos regulamentos e como é que deve ser a tramitação dos regulamentos. Essa, fazemo-la em Conferência de Líderes. Portanto, peço que termine e se cinja ou à questão que estávamos aqui a tratar, ou então a este aspeto concreto do procedimento que deve ser adotado pela Assembleia Municipal para, eventualmente, fazer uma alteração a esta matéria. Obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito obrigada pela sua interrupção. Dizer que efetivamente não era relativamente a isso que eu estava a questionar, era relativamente a regulamentos, porque essa sim me causa estranheza.

Continuando, da nossa parte também concordamos que o regulamento desça à Comissão e, aliás, é essa a proposta do Sr. Presidente... Não é essa a proposta do Sr. Presidente?!»

Presidente da Assembleia Municipal – «Não estamos aqui a tratar de nenhuma proposta do Sr. Presidente, desculpe. Não é isso que estamos a tratar. O Sr. Presidente faz uma sugestão. As bancadas, se entendem que a matéria deve descer... a bancada da CDU é que propôs que descesse à Comissão sem votação e é isso que neste momento estamos a apreciar.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «O Sr. Presidente está, durante o uso da palavra que me deu, a interromper-me e já o fez duas vezes. Vou terminar a minha intervenção: eu estava a dizer que a bancada do Partido Socialista subscreve aquela que foi a sugestão apresentada pelo Sr. membro desta Assembleia Municipal, António Mendonça. Reiteramos de não se votar esta proposta já, e descer à Comissão. É isso que entendemos.

Muito obrigada, Sr. Presidente pela magnanimidade demonstrada.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho por V. Ex.^a, não há comparação possível entre a Assembleia da República e a Assembleia Municipal – ponto número um.



Ponto número dois – se esta proposta for aqui aprovada, vou repetir, se esta proposta é muito bem, que foi apresentada pelo executivo, for aqui votada favoravelmente e baixar à Comissão para a revisão, eu quero-lhe dizer que peço a ata e irei recorrer e pedir um parecer ao Tribunal Administrativo de Loulé, se é válido ou inválido a decisão desta Assembleia Municipal.

Ponto número três – não estamos aqui para abrir precedentes e para tornar a Câmara ingovernável, porque isto é abrir um precedente das decisões aprovadas em sede do executivo, que depois a Assembleia Municipal aprova, mas com a condição que devem ser todas revistas em sede das Comissões. Tenho dito.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria intervir para solicitar ao Sr. Presidente um esclarecimento de como é que chega ao entendimento do funcionamento das Comissões e das votações, uma vez que a Lei das Autarquias Locais, no artigo 26.º alínea c), diz: “Competências de Funcionamento da Assembleia” – *Deliberar sobre constituição de Delegações, Comissões ou Grupos de Trabalho para estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município e sem prejudicar o normal funcionamento e atividade da Câmara Municipal.*

Ora, “estudo” – não vejo onde é que se pode basear isto, desce, sobe, é especialidade, é votado na especialidade e depois vai à generalidade..., eu não consigo compreender como é que o Sr. Presidente da Mesa traça o paralelismo com a Assembleia da República, que é outra Lei.

O Presidente da Câmara sugeriu, e bem, para ir à Comissão respetiva para recolher sugestões, mas votar agora na generalidade não estou a ver; se nós votarmos agora estamos a aprovar um documento que fica finalizado. Obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Obrigado. Permitam-me só assinalar o seguinte. Se há um pedido de uma força política para que a matéria desça sem ser votada, a matéria desce sem votação – isso é a vontade das forças políticas e a mim só me cumpre respeitá-la.



Agora, do artigo 26.º não se retira isso que o Sr. deputado está a dizer. Aliás, ele não pode ser olhado sem interpretar o artigo 25.º e todas as suas dimensões, que estabelecem as competências da Assembleia Municipal. E as Comissões servem para organizar o trabalho da Assembleia Municipal. Porque se nós tivéssemos um regulamento aqui e se houvesse por todas as bancadas propostas de alteração desse regulamento, e tivéssemos aqui trezentas propostas, imagine-se por absurdo, teríamos de votar todas em sede de plenário, essas trezentas propostas. Isso, obviamente, não faria sentido rigorosamente algum.

Portanto, criou-se o mecanismo das Comissões para que se estudasse essas matérias e para que as Comissões deliberassem a sua intenção sobre essa matéria. Mas obviamente que é ao plenário da Assembleia Municipal que cumpre sempre decidir. É exatamente como a conferência de Líderes em relação ao plenário da Assembleia Municipal, não há rigorosamente diferença nenhuma a esse respeito.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, faz favor.»

Presidente da Câmara Municipal – «Alguém disse que eu retirava e que não sei o quê... Eu tenho a proposta enviada para a Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal fará com ela o que entender, pode alterar, pode fazer como se está aqui a falar, agora não me metem nesse *barulho*. A proposta foi enviada à Assembleia Municipal; o que eu disse foi que para resolver eu retiro e vocês tratam disso até não sei quando. Mas a proposta está entregue à Assembleia Municipal.»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «O que eu queria dizer é que a bancada do PS e a bancada da CDU não vale a pena insistirem nesta matéria. Nós estamos incondicionalmente ao lado do Presidente da Assembleia Municipal nesta matéria e, portanto, continuaremos a agir de acordo com esta orientação, é o que vamos fazer na proposta que a seguir se vai votar de se fazer baixar à Comissão. Nós não vamos votar aqui a proposta da Câmara, vamos fazer baixá-la à Comissão.

Muito obrigado.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Muito boa noite, Sr. Presidente.



Efetivamente, sou capaz de concordar que já muito se disse sobre este assunto. Serei rápido, apenas para defender aquela que é a posição do PAN relativamente às Comissões. Elas não eram habituais na Assembleia Municipal de Faro. No decorrer do mandato anterior foram criadas algumas Comissões, além das habituais de Líderes e do 25 de Abril, nomeadamente a de Mobilidade e também de Ambiente e Bem-Estar Animal. Acho que elas fizeram o seu papel e foi o princípio de um caminho que tem sido aprofundado com a atual Assembleia Municipal, cujo Sr. Presidente Cristóvão Norte sugeriu logo desde o início e que eu, pessoalmente, e o PAN congratulamos, visto considerarmos ser um instrumento importante para a democracia e para aprofundar o conhecimento sobre as matérias.

Eu senti isso nos últimos quatro anos, todas as Grandes Opções do Plano passaram pelo estudo da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal e acho que este é um procedimento que se poderá manter e aprofundar e nesse sentido concordamos que baixe à Comissão sem votação.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «Sr. Presidente, cumprimento-o e agradeço que pela quinta vez que pedi a palavra para esta temática, agradeço-lhe ter verificado que afinal de contas não sou invisível, fica desde já o meu muito obrigado.

Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, todos os vereadores aqui presentes, todos os membros desta Assembleia e o público em geral.

Tudo aquilo que eu tinha para dizer já foi esvaziado aqui e tudo o que me faltava dizer não vale a pena estarmos aqui a falar, porque é para falar na Comissão.

Como o Sr. Presidente da Câmara falou e muito bem, várias propostas numa forma avulsa que foram aqui comentadas pelas diversas bancadas, o Sr. Presidente da Câmara disponibilizou-se a retirar a proposta da Assembleia Municipal e sim baixar para discussão e reformatar toda a proposta e fazer um esboço muito positivo com a riqueza de todas as bancadas e assim voltava novamente aqui a esta Assembleia.

Grato pela atenção, muito obrigado.»



Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado.

Há um pedido da bancada da CDU, eu creio que se interpreta das demais bancadas a anuência a esse pedido, portanto esta matéria vai para a 1.^a Comissão – Comissão de Urbanismo, Planeamento, Mobilidade e Obras Municipais e tem de subir à Assembleia até dia 30 de setembro.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «É um pedido de esclarecimento. Concordando que a Comissão de Urbanismo, Planeamento, Mobilidade e Obras Municipais é a Comissão que deve tratar o assunto, questiono se fará sentido dar conhecimento também deste documento à Comissão de Ambiente e Transição Climática e também à de Igualdade, porque versa esses assuntos. Poderão as Comissões querer pronunciar-se para a Comissão de Urbanismo e Mobilidade.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Isto é uma escolha da Mesa e eu acho que temos que manter isto da forma mais clara possível, não vamos complicar. Isto é uma matéria de mobilidade, em primeira instância, e portanto fica na Comissão de Mobilidade.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «Sr. Presidente, muito obrigado por me dar a palavra.

Extrapolando este ponto, mas sim voltando às Comissões. Acredito que sim, esta Assembleia Municipal não está habituada a trabalhar com as Comissões, mas deixo uma nota que os temas baixaram a uma Comissão onde se trabalhou muito bem e que se fez um trabalho muito proactivo, que foi a Comissão do 25 de Abril que fizemos um trabalho maravilhoso, sob a presidência do membro Gameiro Alves. É uma nota premente de que as Comissões são necessárias, objetivas e que fazem um trabalho acessório à Câmara, mas um trabalho muito importante.

Eu considero que deveríamos considerar mais ativamente a função e o trabalho das Comissões, porque estamos aqui a sentir muitos assuntos que chegam aqui à discussão nestas Assembleias Municipais, mas que se baixassem antes, na produção desses trabalhos tal qual como a bancada do PCP já comentou, passassem pela Comissão respetiva, seria muito proactivo e resultava em diplomas muito mais trabalhados e mais ricos e



quando chegasse aqui a esta Assembleia seriam diplomas já fechados, trabalhados e prontos a ser votados.

Isto é só para dar nota de que as Comissões são necessárias e se elas existem pois que as façam funcionar. Muito obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria só pedir à Assembleia, não sei quem é o Presidente da Comissão, mas quando fizessem a primeira reunião, se entenderem que é útil (penso que sim), me fizessem chegar essa alegada convocatória, para eu depois dizer aos Serviços, ao Eng.º Barros e à pessoa que trata destes assuntos, para vos acompanhar nessas reuniões para eles depois fazerem a adequação dos documentos para a fase seguinte. Muito obrigado.»

*Atendendo ao entendimento obtido na sequência da discussão deste ponto – Concessão de exploração do serviço de transporte regular com embarcações de passageiros entre Faro – Ilha do Farol e Culatra, na Ria Formosa, Algarve – Procedimento concursal – Proposta 256/2022/CM – **baixa à Comissão de Urbanismo, Planeamento, Mobilidade e Obras Municipais.***

Nesta altura, o Presidente da Assembleia ausentou-se, passando a assumir a presidência o Primeiro Secretário.

II - Moções

Presidente da Assembleia Municipal – «Vamos então passar ao ponto dois – Moções.

A primeira Moção que vamos tratar é um Voto de Louvor e Reconhecimento, apresentado pela bancada do Partido Socialista e creio que tem como primeira subscritora a Sr.ª Deputada Ana Passos.»

O membro da AM, Ana Passos (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente.

“Voto de Louvor e de Reconhecimento

É imperativo de consciência prestar uma justa e merecida homenagem a todas as mulheres e homens que, durante 3 dias, com espírito de missão, empenho e sacrifício, estiveram na linha da frente do combate ao incêndio



que se iniciou na terça-feira, dia 12 de julho, em Gambelas, junto do Campus da Universidade do Algarve.

Como é do conhecimento geral, este incêndio deflagrou numa área muito sensível do nosso concelho tendo progredido, pela zona do Ludo, até Almancil e Quarteira, no concelho vizinho de Loulé. No total foram 27 quilómetros entre Faro e Quarteira, com uma frente de fogo que chegou a ter 600 metros e que deixou um rasto de destruição bem marcado e visível. Para além da destruição física, importa também sublinhar e lamentar as perdas para o património biológico/ecológico, de ambos os concelhos, visto esta ser uma das suas zonas mais ricas em biodiversidade.

O combate a um incêndio desta dimensão fez-se com um esforço conjunto de centenas de mulheres e homens pertencentes a várias corporações de bombeiros, aos sapadores florestais do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), à GNR, aos Serviços Municipais de Proteção Civil (Faro e Loulé) e ao Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro. A todos eles o nosso profundo agradecimento e reconhecimento pelo empenho, determinação e coragem com que enfrentaram este fogo no teatro de operações, arriscando a própria vida, ao serviço de todos nós e do nosso território.

Nesse sentido, os eleitos do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Faro que, na sua sessão de 29 de julho de 2022, delibere:

1. Louvar publicamente todos os operacionais que combateram o incêndio que teve início no passado dia 12 de julho;
2. Enviar este voto de louvor a todas as entidades regionais envolvidas neste combate;
3. Remeter o presente voto à Autoridade Nacional de Proteção Civil, à Liga dos Bombeiros Portugueses, ao ICNF Nacional, ao Comando Nacional da GNR e à Assembleia da República.”

Muito obrigada.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Boa noite mais uma vez.

A bancada do PSD vai acompanhar este Voto de Louvor e Reconhecimento e até sugeríamos que se acrescentasse uma alínea sobre todos os



voluntários da sociedade civil que prestaram assistência durante o período de grande intensidade e que houve uma quantidade enorme de voluntários que prestaram toda a espécie de assistência, nomeadamente refeições, águas e todo apoio logístico que existiu naquela área.

No fundo, congratulamo-nos com este Voto de Louvor, acrescentava apenas uma alínea, se fosse possível, a todo o voluntariado da sociedade civil que deu apoio naquela hora.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «A CDU acompanha este Voto de Louvor e de Reconhecimento, no entanto há aqui um aspeto que estranhámos, no que toca às menções explícitas. São explicitados os Sapadores Florestais do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, a GNR, os Serviços Municipais de Proteção Civil de Faro e de Loulé, o Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro; depois na proposta de deliberação a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Liga dos Bombeiros Portugueses, o ICNF Nacional, o Comando Nacional da GNR, a Assembleia da República... O que é que nós notámos? Está aqui muita Secretaria no meio disto tudo! E o que é que nós estranhámos? Há dois Corpos de Bombeiros em Faro! Há o Corpo de Bombeiros dos Sapadores Municipais e há o Corpo de Bombeiros da Cruz Lusa! Será que eles não tiveram intervenção nesta ocorrência? Será que eles não mereciam uma menção explícita? Nós estranhámos que de facto houvesse tanta lembrança de tanto organismo explicitamente aqui mencionado e não nos lembrássemos de mencionar explicitamente no conjunto dos Bombeiros intervenientes os dois Corpos de Bombeiros existentes no concelho, os Sapadores e a Cruz Lusa. Era só. Obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

O PPM vai acompanhar o elogio a todas estas entidades, mas penso que nos devemos preocupar sobretudo sobre a prevenção de incêndios.

Investimos em *drones* para filmar o espetáculo dos incêndios nos órgãos da comunicação social, sobretudo nas televisões, colocando imagens cinzentas dos terrenos consumidos, mas não adquirimos *drones* para a prevenção dos incêndios, é uma medida que eu nunca ouvi falar até hoje. Nem se falou ainda de o Algarve ter um Plano Regional e prever, no seu



Plano Hidrológico e no Plano Florestal, exatamente o planeamento de açudes, albufeiras de água para combate aéreo de incêndios. E a aquisição de um Canadair, não sei se existem outras possibilidades no combate aéreo mais eficaz.

Penso que a lixeira que foi aprovada..., como é que é possível o Plano Diretor Municipal e todas as entidades que fazem a gestão do território municipal de Faro, vai aprovar uma lixeira sem condicionamentos nenhuns de prevenção de qualquer incêndio, e está aí o resultado.

O Plano Regional do Algarve, que eu defendo e tenho estado aqui a insistir já há muitos anos, tem também que prever mecanismos de vigilância noturna e diurna, para além das normais torres de vigilância. Muito obrigado.»

O membro da AM, Ana Passos (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício.

Muito rapidamente para dizer que vamos aceitar a proposta feita pela bancada do Partido Social Democrata, efetivamente é uma lacuna. Muitos voluntários ajudaram e apoiaram no combate a este incêndio.

E fazer aqui uma referência à bancada da CDU e com todo o respeito ao colega António Mendonça, dizer que quando referimos várias Corporações de Bombeiros, todos os operacionais, estamos a abranger a Cruz Lusa e os Sapadores de Faro.

Mas não sei se se recorda, este incêndio contou com a ajuda dos Bombeiros de vários concelhos do Algarve e até mesmo Bombeiros que vieram do Alentejo e de várias Corporações fora do Algarve. Estamos aqui a mencioná-los de uma forma igual, sem discriminar Corporações de Bombeiros nem concelhos, estão aqui todos previstos e abrangidos. Foi por isso que este Voto de Louvor escrito desta forma, mas muito obrigada pela menção, mais à frente temos oportunidade de distinguir os nossos.»

O membro da AM, Luís Guilherme (CHEGA) – «Sr. Presidente, boa noite.

É evidente que é de realçar que todos os grupos de Bombeiros precisam de um louvor nesta altura, mas quando chegamos a outubro ou novembro esquecemo-nos do trabalho que eles têm durante o verão. E isto faz-nos



recordar e recuar até 2018, a Pedrógão, quando um bombeiro ficou com 85% de lesões e ficou com uma pensão que não chega a trezentos euros.

Isto é tudo muito bonito estarmos aqui a falar dos Bombeiros, mas eles têm de ser reconhecidos o ano inteiro. Isto, vindo até de uma bancada que faz parte do Governo, convém se calhar realçar que esta rapaziada precisa de mais apoio do que aquela que tem. Isto não vai só com louvores nestas situações ocasionais, isto vai com louvores o ano inteiro e com trabalho. Fico por aqui, obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício.

Apenas dar nota à bancada do CHEGA que concordamos que as Corporações de Bombeiros, Voluntárias ou Municipais, devem ser apoiadas todo o ano. E gostaria de dizer-lhe que, no Algarve, durante a campanha eleitoral, tivemos oportunidade de visitar não só os Sapadores de Faro como também os Voluntários e de verificar *in loco* as suas necessidades, especialmente as dos Bombeiros Voluntários; os Municipais têm evidentemente outro tipo de condições. E na sequência dessa visita que já fizemos, já foi lançado para a Assembleia da República um pedido de apoio para os Bombeiros Voluntários de Faro. Muito obrigada.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Creio que não há mais intenções de intervenção, pelo que estamos em condições de pôr à votação o Voto de Louvor – com o acolhimento da alínea proposta pelo Partido Social Democrata – cujo proponente é o Partido Socialista.»

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 30

Face ao resultado obtido na votação, o Voto de Louvor e Reconhecimento apresentado pela bancada do Partido Socialista foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Vamos passar à moção seguinte que é “Diminuição da velocidade de exploração na linha ferroviária do Algarve, troço Estação de Faro – apeadeiro de Bom João.»



A moção é apresentada pelo CDS-PP e eu peço que o proponente faça o favor de a apresentar.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «Sr. Presidente em exercício, muito obrigado por me dar a palavra.

O grupo parlamentar do CDS vinha apresentar uma Moção intitulada “Diminuição da velocidade de exploração na linha ferroviária do Algarve, especialmente no troço Estação de Faro – apeadeiro do Bom João.”

O documento, toda a gente já o leu e portanto estarei perfeitamente à vontade para fazer o esclarecimento.

A cidade de Faro (é a chamada linha do Alentejo, também se pode chamar a linha do Algarve, mas o ponto quilométrico ainda é da antiguidade e é a linha do Alentejo) tem uma linha ferroviária que tem dois atravessamentos entre a estação de Faro e o Bom João, que é uma zona muito sensível em relação à urbanidade da própria cidade, que é nomeadamente uma passagem pedonal situada nas Portas do Mar e uma passagem de nível mista, em que passa todo o trânsito, junto à Horta da Areia.

O meu comentário reporta-se à passagem de nível junto às Portas do Mar. No passado, aquela passagem de nível pedonal estava a 30Km/hora e todas as composições passavam lá a 30Km/hora. Quando foi o campeonato da Europa de Futebol, houve a modernização da linha do sul e houve a modernização da sinalização presente naquela passagem de nível e a velocidade passou para 80Km/hora. Todas as composições que passam por lá, e nós temos que cumprir horários, passam a 80Km/hora. Para qualquer peão, para qualquer animal, que esteja a atravessar a passagem de nível pedonal, que está devidamente apetrechada com sinais luminosos, sinais sonoros, tem um labirinto, mas todos os dias existem ali situações de perigo eminente, porque a velocidade a que obrigam que as composições que passam por lá situa-se nos 80Km/hora, é muito rápido. A 80Km/hora precisa-se de mais de quatrocentos metros para imobilizar uma composição. Alguém que, por um erro, se coloque a atravessar a passagem de nível sem ter atenção à sinalização, ocorre um acidente que vai ser mortal.



Falando dos acidentes mortais na passagem de nível das Portas do Mar, não foram um, nem dois, três, quatro ou cinco, foram imensos e vão continuar a acontecer enquanto a velocidade for de 80Km/hora.

Refiro, só como termos de comparação, a rodovia. A rodovia obriga que a velocidade máxima dentro das localidades seja de 50Km/hora (quando não é menos), mas nós, sem qualquer tipo de vedação – porque o RGS2, Regulamento Geral de Segurança, obriga que a linha só deve estar vedada para velocidades acima de 220Km/hora, mas como a linha está a 80Km/hora, não precisa de qualquer tipo de vedação. Mas nós passamos lá a 80km/hora. Naquele sítio, naquela passagem pedonal em que toda a gente vai em paz, tranquila, a gozar o seu estimado descanso e vão para as Ilhas e atravessam aquela passagem de nível com comboios que aparecem subitamente, por detrás da muralha, a 80Km/hora.

Vai vir a eletrificação, daqui a mais ano e meio, no máximo, estão as novas composições a passar por lá, são composições elétricas que não fazem qualquer tipo de ruído e vamos continuar a passar lá a 80Km/hora.

O comboio pode existir, a mobilidade é uma necessidade, é um valor acrescentado para a cidade de Faro, porque naquele troço entre Faro e Bom João transportamos mais de cinco mil pessoas por dia, se multiplicarmos, quantos autocarros são, quantos carros ligeiros são, são imensos. Portanto, o comboio é necessário na cidade de Faro, não vamos eliminar o comboio da cidade de Faro, mas sim a Câmara Municipal, nas suas competências, deveria solicitar à empresa Infraestruturas de Portugal S.A., que refletisse e fizesse uma alteração das tabelas de velocidade das linhas e que para aquele troço, nomeadamente na sua especificidade entre S. Francisco que é o ponto quilométrico 341, ponto 200, até à Estação de Faro, que é exatamente o ponto quilométrico 340, que ficasse registada a velocidade máxima de 30Km/hora. Muito obrigado.»

Texto da Moção

“MOÇÃO

Diminuição da velocidade de exploração na linha ferroviária do Algarve, troço Estação de Faro – apeadeiro de Bom João



A mobilidade é uma necessidade humana inquestionável e não alienável, um direito primário transversal a todos os seres vivos, tal como o direito à vida.

A Empresa infraestruturas de Portugal, SA, (IP) é proprietária de toda a rede ferroviária instalada no território de Portugal, bem como responsável pela gestão da circulação ferroviária.

A empresa Comboios de Portugal, EPE (CP) é concessionária e única operadora do serviço ferroviário de passageiros, na linha do Algarve e linha do Sul.

O regulamento geral de segurança (RGS) 2, complementado pela instrução complementar de segurança (ICS) 102, regulamenta a velocidade praticada na rede ferroviária nacional,

A linha ferroviária do Algarve, troço Estação de Faro – Apeadeiro do Bom João tem como velocidade máxima estabelecida para a circulação, de acordo com a tabela de velocidades máximas (TVM), para comboios regionais, 80 Quilómetros por hora (KM/H).

Todos os horários das composições que circulam no troço Estação de Faro – Apeadeiro do Bom João estão desenhados para marchas cujas velocidades de circulação são do tipo 80, isto é, a circulação dos comboios faz-se à velocidade máxima de 80 quilómetros hora.

A linha ferroviária do Algarve, troço Estação de Faro – Apeadeiro do Bom João tem duas passagens de nível instalada no seu percurso:

- Portas do Mar – Passagem de nível pedonal, sinalizada com sinais fixos verticais, sinais luminosos e sonoros, guarnecida com um labirinto;

Esta passagem está implementada em zona com muito fraca visibilidade, sendo que o perfil da via é em curva apertada.

- Horta da Areia - Passagem de nível para transito rodoviário e transito pedonal, protegida com sinalização fixa vertical, vara impeditiva de circulação, sinalização luminosa e sonora.

Esta passagem está implementada em zona com visibilidade, sendo que o perfil da via está desenhado em plena reta.



O código da estrada, para o tráfego rodoviário, refere que a velocidade máxima de circulação permitida dentro das localidades é de 50 Quilómetros por hora, sendo que, através de sinalização própria, esta velocidade pode ser reduzida para velocidades inferiores, de acordo com a perigosidade do local em observação e das necessidades para mitigar o acidente;

Generalizando, em caso de necessidade urgente, a imobilização de um veículo rodoviário que circula à velocidade máxima permitida, necessita de alguns metros.

Respeitante à tabela de velocidades máximas (TVM) da rede ferroviária nacional, de acordo com a ICS 102, ponto 4.3, para o troço estação de Faro – Bom João, linha do Algarve, está estabelecida a velocidade máxima permitida de circulação de 80 Quilómetros por hora;

- Generalizando, em caso de necessidade urgente, a imobilização de um veículo ferroviário que circule à velocidade de 80 KM/H, necessita de algumas centenas de metros.
- A passagem pedonal do cais das Portas do Mar, local muito frequentado por pessoas de todo o mundo está edificada, pelo lado Este, no final de uma curva apertada ladeada pelas muralhas do castelo da cidade velha de Faro, tornando muito reduzida a visibilidade para pessoas e animais que por ela circulam.

Faro deseja evoluir com as pessoas, Faro deseja evoluir com a ferrovia, Faro necessita das pessoas e da ferrovia para poder evoluir.

O grupo parlamentar municipal do CDP-PP propõe a esta instituição e ao executivo do município de Faro, uma nova forma de olhar para a segurança das infraestruturas ferroviárias, conciliando a segurança das zonas e vias destinadas aos transportes públicos e as zonas de mobilidade e lazer de pessoas e animais, instaladas nos territórios do município de Faro. Um conceito em que pessoas, ferrovia e ambiente possam coabitar em segurança.

Os Deputados Municipais eleitos pelo Centro Democrático Social (CDS-PP), propõem que a Assembleia Municipal de Faro na sua reunião extraordinária, reunida em 29 de julho de 2022, delibere solicitar ao



executivo do município de Faro, no uso das suas competências, requerer à empresas Infraestruturas de Portugal, SA, as seguintes recomendações:

1. Solicitar a diminuição da velocidade máxima de circulação permitida na linha do Algarve, entre a estação de Faro e o apeadeiro do Bom João, tendo em especial atenção entre o Ponto Quilométrico (PK) 340,000 e o PK 341,200 (São Francisco), ficando registada a velocidade máxima permitida para a circulação, para todo o tipo de composições, de 30 Quilómetros por hora, ou seja, o estabelecimento do regime de marcha à vista, respeitando o estabelecido pelo RGS2 e a ICS 102, ficando registado na tabela de velocidades máximas (TVM) de acordo com a ICS 102, ponto 4.3, a velocidade de 30 Km/H para o percurso assinalado acima;
2. Realizar as necessárias operações de esclarecimento, acerca da zona nobre da cidade de Faro em que esta infraestrutura ferroviária está implementada e a atravessa, demonstrando que é conciliável a presença do comboio com a dinâmica das zonas da cidade em que está inserido, sendo para isso necessário a diminuição da velocidade das composições que por aquele troço de infraestrutura ferroviária transitam;
3. Esclarecer esta instituição que a segurança das pessoas e seres vivos da comunidade farenses está em primeira lugar. Todos os esforços devem ser desenvolvidos para que se possam evitar possíveis acidentes com pessoas e animais, que habitualmente resultam em ocorrências mortais, mesmo que se tenha registado uma violação do decreto lei 276/2003, Artigo 19, ponto 1, que rege proibições de circulação na via ferroviária.
4. Solicitar a esta instituição, a promoção de uma campanha de sensibilização pública, alertando para a segurança no atravessamento das infraestruturas ferroviárias, nomeadamente passagens de níveis pedonais, tal como implementada no cais das

Portas do Mar, ou mistas tal como implementada junto da Horta da Areia.”

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Sr. Presidente da Mesa em exercício, demais membros da Assembleia Municipal, eu queria aqui dizer, muito rapidamente, que o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta moção. Desconhecemos se tecnicamente é possível fazê-lo, mas pelos



motivos enunciados, por se tratar de uma zona onde existem várias passagens pedonais, parece-nos acertada a preocupação em reduzir a velocidade neste troço.

Eu, a propósito disto, gostaria também de aqui saudar a iniciativa do Governo do Partido Socialista no investimento que está a ser feito em termos da ferrovia, não só no Algarve onde estamos a eletrificar a linha, passado cem anos, e onde o objetivo será terminar com comboios movidos a diesel. É importante denotar que o comboio é o meio de transporte mais amigo do ambiente, não há qualquer outro meio de transporte comparável ao comboio que seja tão amigo do ambiente.

E queremos também aqui reconhecer a opção estratégica do Governo do Partido Socialista, em investir na ferrovia em Portugal e investir na reparação de locomotivas em Portugal. Só para terem uma ideia, e essas contas já foram várias vezes apresentadas, o custo de recuperar carruagens que estavam encostadas há vinte ou trinta anos, faz que o investimento seja 90% inferior àquele que seria se tivéssemos que investir em novas locomotivas.

Portanto, a mensagem que o Partido Socialista aqui quer deixar é de apoio a esta moção e de valorização da ferrovia, que este deve ser um desígnio de todas as bancadas e de todos os partidos. Obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

O PPM vai acompanhar esta proposta e é contra a eletrificação da ferrovia no Algarve. Defende a redução da ferrovia no Algarve em todo o seu território, estou a falar do barlavento e sotavento. Para tal, tenho vindo defendendo nesta Assembleia o Plano Regional do Algarve, acabei de falar nele, e também o metropolitano ligeiro de superfície. Pesa dez vezes menos que as carruagens novas espanholas que aí vêm.

O Algarve deve ser pensado como uma cidade polinucleada, somos quinhentos mil já, e deve ser sim ligada por um metropolitano, defendido na Assembleia da República pelo Dr. Mendes Bota, há mais de uma década.



O troço principal desse metro ligeiro faria a interligação ao Aeroporto e à Universidade e ligaria, essencialmente, numa primeira fase, Faro, Loulé, Olhão e prolongar-se-ia logo. O Plano Regional teria em mente uma estação intermodal, localizada próxima do Estádio do Algarve, e a desativação da ferrovia a partir do Esteval para sotavento até Vila Real de Santo António, porque não chega lá passageiro nenhum (estou parodiando um pouco, também). Há quem pense que se pode partir de Alfa de Vila Real até Lisboa. Eu acho inconcebível o Alfa passar à frente do Castelo.

Todo o investimento atual para o Algarve, já contratualizado, barlavento e sotavento, é de cerca de sessenta milhões de euros e isso é insustentável. Eletrificação que irá desfigurar Faro, Olhão, toda a Ria Formosa, a Ria de Alvor e até a majestosa Baía de Lagos, onde existe um paraíso turístico por fazer ainda.

O sonho do Ministro das Infraestruturas é também insustentável; Pedro Nunes dos Santos, imagine-se, a última é a criação de um terceiro Aeroporto para Lisboa, isto é uma coisa inconcebível! Mas para além do terceiro Aeroporto de Lisboa, uma terceira Ponte sobre o Tejo. É impensável. Por via de um decreto, um decreto só dele isto é absolutista!

Agora vai ser Faro desfigurado com um conjunto de catenárias e cabos ao longo do seu maior monumento, que é o castelo de origem romana, bem como o espelho de água da antiga Doca, já abastardada. Os grandes e os absolutistas sobrepõem-se a Faro e já não bastava as décadas sem barcos à vela, em Faro.

A proposta que aqui foi feita de abrir a ponte para entrar veleiros na Doca, impossibilitámos de ter uma marina para veleiros. Obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado, Sr. Presidente em exercício.

A moção tem aqui, entre muitas coisas, dois parágrafos que quanto a nós merecem o devido destaque.

O primeiro deles é logo o primeiro parágrafo do texto, que nós achamos notável, mesmo sem saber quem é o seu autor. “*A mobilidade é uma necessidade humana inquestionável e não alienável, um direito primário transversal a todos os seres vivos tal como o direito à vida.*” Espetacular!



Depois há aqui outra frase, quando nós às vezes nos queixamos de uma certa falta de orientação ou de uma certa desorientação na ambição fareNSE ou na inexistência de uma ambição fareNSE, gostámos do parágrafo: *“Faro deseja evoluir com as pessoas, Faro deseja evoluir com a ferrovia, Faro necessita das pessoas e da ferrovia para poder evoluir.”*

Para lá de ligações político/partidárias, achamos que do ponto de vista estrutural da construção do futuro da nossa comunidade, território, pessoas, ferrovia, está uma síntese perfeita.

Depois, passava a uma questão muito importante quando a nós, que é a quarta recomendação. E a quarta recomendação diz assim: *“Solicitar a esta instituição, a promoção de uma campanha de sensibilização pública, alertando para a segurança no atravessamento das infraestruturas ferroviárias, nomeadamente passagens de níveis pedonais, tal como implementada no cais das Portas do Mar, ou mistas tal como implementada junto da Horta da Areia.”*

Eu cito isto porque, tal como acontece com as passadeiras para peões, as pessoas a pé, de bicicleta, de automóvel ou motorizada, têm de ser esclarecidas e responsabilizadas que, perante um atravessamento com risco, não devem atravessá-lo fazendo figura de parvos. Só para lhes dar um exemplo que já aconteceu comigo a conduzir, numa passadeira para peões eu acho incrível que uma senhora, empurrando um carrinho com um bebé, avance para a passadeira sem olhar para as viaturas que eventualmente se aproximam da passadeira e que podem não cumprir.

Para terminar, eu nos tempos em que andava aí a dar umas voltas de bicicleta, julgo que conheço todas as passagens de nível do concelho de Faro e sou capaz de as meter todas no mesmo cesto, embora umas sejam mais assim e outras mais assado. Mas há uma que eu não coloco nesse cesto, que é a das Portas do Mar, porque acho que é a única em que isto acontece. Eu relato só um episódio que já me aconteceu duas ou três vezes e que ilustra a problemática de grupos estarem todos, no mesmo instante, a procurarem passar a linha. E que eu não sei o que é que vai acontecer aos grupos se se aproximar uma composição.

Os meus dois netos vão agora, nas atividades de tempos livres, para a Praia de Faro e depois lembram-se de ligar ao avô se não se importa de ir



buscá-los às Portas do Mar. E então chega o barquinho e saem do barquinho mais de cem pessoas e na maior parte das vezes que eu lá vou se calhar vinte, trinta ou quarenta crianças. Aquela passagem pode ser extremamente difícil de gerir, relativamente às pessoas responsáveis, particularmente às pessoas que acompanham as crianças, se quando aquele magote de gente se aproxima da linha de caminho de ferro e coincidir com a aproximação de um comboio. Uma coisa é uma, duas ou três pessoas estarem a passar, mesmo em transgressão, uma passagem de nível e outra coisa é um grupo relativamente numeroso com dezenas de crianças a aproximar-se ali.

Isto alerta para outro problema mencionado. Dentro de pouco tempo, desejavelmente, teremos finalmente a eletrificação da linha e composições com outras características a circular na linha. Como foi dito e bem, mais silenciosas e mais rápidas. Está ali uma situação tremendamente preocupante e que julgo que, na medida das nossas capacidades e possibilidades, deveria muito rapidamente ter uma solução. Obrigado.»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Sr. Presidente em exercício, eu gostava de dizer que saúdo vivamente a sua posição de ter aconselhado o Sr. deputado Álvaro Patrício a apresentar de imediato a sua proposta. E dizer ao Sr. deputado Álvaro, que efetivamente não é a primeira vez que o faz e curiosamente fá-lo sempre, passa imediatamente à defesa da sua moção. Portanto seria bom que nós não gostássemos de nos ouvir a nós próprios e seguíssemos o caminho dele para ver se saímos daqui mais cedo. Muito obrigado.»

Não havendo mais intervenções passou-se à votação da moção apresentada pelo grupo Municipal do CDS.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 02 (01PPM;01IL)

Votos a favor – 28 (10PSD;10PS;02CDS;01MPT;01CH;01PAN;01BE;02CDU)

Face ao resultado obtido na votação, a referida moção, foi aprovada por maioria.



Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Vamos passar à Moção seguinte apresentada pela CDU – “Travar o aumento do custo de vida. Regular preços, aumentar salários e pensões.”»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente obrigado. Vou então passar a apresentar a moção.

“Moção - Travar o aumento do custo de vida. Regular preços, aumentar salários e pensões.”

O País está confrontado há meses com uma escalada nos preços dos combustíveis e de outros produtos. Escalada que com a intensificação da guerra e das sanções tem conhecido aumentos ainda mais brutais em benefício dos que se têm aproveitado deste clima de guerra e sanções.

Para além dos injustificáveis aumentos dos combustíveis, há novos aumentos na eletricidade, no gás e em produtos alimentares.

Muitos destes aumentos mais não são do que o resultado do aproveitamento que os grupos económicos estão a fazer da atual situação. Fizeram-no com a epidemia e fazem-no agora com a guerra e as sanções. O caso do aumento nos combustíveis é exemplar. Os combustíveis que hoje estão à venda foram comprados há meses e a preços consideravelmente mais baixos. Mas são vendidos hoje a preços exorbitantes com as principais empresas petrolíferas a arrecadarem centenas de milhões de euros de lucros.

O País, os trabalhadores, as populações, os pequenos empresários e produtores enfrentam crescentes dificuldades ao mesmo tempo que os grupos económicos acentuam a sua linha especulativa sobre os preços, concentrando ainda mais a riqueza.

A vida está aceleradamente mais cara. Esta é a realidade com que todos se confrontam quando a cada dia vão às compras para levar comida para casa, quando pagam as contas da luz, água, gás, renda e prestações, telecomunicações, combustíveis, seguros, portagens, medicamentos e todo o conjunto de despesas com que cada um se confronta.

A cada dia que passa o salário e a pensão ficam mais curtos para despesas cada vez maiores.



O Governo não pode fechar os olhos a esta realidade nem à especulação que está em curso. A situação exige determinação e não medidas que, sendo importantes, são manifestamente insuficientes e de curto alcance como as anunciadas nas últimas semanas.

Há que agir e travar a gula dos monopólios. Há que aumentar salários e pensões. Há que impedir o empobrecimento de milhões de pessoas em Portugal.

Ao Governo exigem-se medidas que assegurem o aumento dos salários e das pensões e a defesa e proteção das famílias face ao aumento geral dos preços. Sobre os combustíveis há aspetos e medidas fiscais que podem e devem ser consideradas, nomeadamente a eliminação do adicional ao imposto sobre os produtos petrolíferos e o fim da dupla tributação que se verifica do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) sobre o ISP (Imposto sobre Produtos Petrolíferos). Mas na atual situação, o que se impõe é travar a especulação e nesse sentido coloca-se a imposição de preços máximos de venda final.

A imposição de preços máximos é uma medida que tem que ser considerada também em matérias da energia, gás e a todos os bens essenciais, em particular dos alimentares.

É urgente a redução do IVA de 13% para os 6% no gás e de 23% para os 6% na eletricidade.

Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Faro, reunida no dia 29 de julho de 2022, delibere:

1. Exigir do governo medidas que estimulem o aumento dos salários e das pensões e que reponham o poder de compra que tem sido perdido.
2. Exigir a fixação e regulação dos preços dos combustíveis, da energia elétrica, do gás de botija e de todos os bens essenciais, em particular dos bens alimentares.
3. Exigir a imediata redução do IVA de 23% para os 6% no gás e de 23% para os 6% na eletricidade.
4. Dar conhecimento desta moção ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos órgãos de comunicação social.”



Obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício, por me dar a palavra.

Pois... o que dizer aqui desta coerência da CDU, com o maior respeito que tenho pelo Sr. deputado António Mendonça e pelo Sr. Deputado Sérgio, que dizer desta coerência de: ontem não se podia mandar para a Comissão o Regulamento sobre Impostos e Taxas do Município de Faro; mas hoje vamos discutir os impostos a nível nacional! Porque a nível local talvez não faça sentido mandar para a Comissão e a Comissão discutir e a Comissão reunir... Mas a nível nacional estamos cá nós, todos inteligentes, prontíssimos para discutir os impostos, as taxas, as descidas dos produtos petrolíferos, do gás e dos produtos alimentares, enfim..., queria apenas começar por ressaltar esta coerência.

Por outro lado, dizer à CDU que esta coisa do exigimos medidas para estimular o aumento dos salários e das pensões, está bem, mas que medidas são estas? É sacar dinheiro da cartola? Qual é a medida?

Exigir a fixação e a regulação dos preços dos combustíveis e da energia elétrica... Bom, eu ainda não me sinto na Venezuela nem em Cuba.

Exigir a imediata redução do IVA dos 23% para os 6%, que é como se não fizéssemos parte da União Europeia. Mas vamos dar conhecimento que tivemos destas ideias ótimas ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos órgãos de Comunicação Social.

Eu gostaria de relembrar à CDU que os salários da Função Pública foram atualizados e vão ser novamente atualizados em 2023. Que também as pensões já foram atualizadas, aliás este mês, e inclusivamente as pensões vão ser novamente atualizadas para o ano e, por aquilo que se prevê, face à inflação que estamos a ter, será um recorde em termos de subida das pensões.

Dizer também que os aumentos salariais no âmbito dos privados estão neste momento em negociação com os sindicatos. Enfim, isto é lá em cima, nós cá em baixo também podemos discutir entre nós como é que vamos aumentar estes salários, eu sento-me com o meu caro deputado,



com quem tenho sempre muito prazer em conversar, e discutimos os dois qual é o nível de salários que vamos subir para os privados!

Por outro lado, não deixo aqui de ressaltar que existe uma clara e evidente pretensão por parte do Governo do Partido Socialista, de aumentar os salários em 20% nos próximos anos. E diga-se, aliás, que estes 20% têm sido alvo de fortes críticas por parte dos Partidos na oposição!

Por outro lado, dizer-lhe também que relativamente a esta situação desta subida enorme dos preços, gostávamos de recordar o PCP que, relativamente à população mais vulnerável, já foi dado um pacote de apoio de sessenta euros. Mais sessenta euros que neste momento abrange um milhão e duzentas mil pessoas em Portugal, sendo que quem foi abrangido por este tipo de benefício foi quem estava dentro da tarifa social de energia e na tarifa da prestação social mínima.

E por fim dizer-lhe também, e já há muito tempo que o Governo procura arranjar formas, umas mais outras menos eficazes, para efetivamente reduzir o valor do gás, para reduzir o valor da eletricidade, e recordar-lhe que só no que concerne aos produtos petrolíferos, já desceram 18% desde o início do ano.

Quanto ainda à subida do IVA no que concerne ao gás e no que concerne à eletricidade, já foi neste momento também feito um plafonamento de subida máxima destas matérias.

Mas eu digo estas coisas todas e em vez de me sentir na Assembleia Municipal de Faro, e nesse aspeto muito agradeço à CDU por me fazer sentir assim, sinto-me no debate sobre o estado da nação, porque eu estou para aqui a dizer aquilo que foi discutido, porque estas matérias foram matérias que estiveram em discussão no debate sobre o estado da nação, e portanto eu, em vez de me sentir na Assembleia Municipal de Faro, sinto-me na Assembleia da República (na qual não entrei por um bocadinho). E nesse aspeto muito lhe agradeço, meu caro Sr. deputado António Mendonça, ter-me colocado nesta posição. Disse, Sr. Presidente.»

O membro da AM, Luís Guilherme (CHEGA) – «Obrigado, Sr. Presidente.



Sobre esta moção da CDU, sou-lhe sincero, estou de acordo com muita coisa que acabou de dizer, mas vejo muita hipocrisia no meio disto tudo por uma razão muito simples.

Os senhores do seu Partido viabilizaram dois Orçamentos de Estado, onde os valores de impostos eram precisamente estes. Tiveram duas belíssimas oportunidades de expor aquilo que o senhor, e muito bem, expôs aqui hoje.

Portanto o IVA manteve-se, aprovaram, os ISP's mantiveram, os impostos específicos são iguais, todos os impostos, vocês aprovaram. Portanto, acho que isto aqui é aquilo que se costuma dizer, são sopas fora da refeição. Obrigado, Sr. Presidente.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Como era de esperar, tivemos aqui uma banhada do Portugal virtual. Ou foi tratado, ou está a ser tratado, ou vai ser tratado...

Depois tivemos mais umas referências de profunda inteligência, relativas à nossa votação de ontem, que eu não percebi porquê, e relativamente a Cuba e à Venezuela que eu não percebi porquê...

Deixem-me dizer-vos uma coisa, tal qual como eu há bocado vos disse: não se esqueçam de olhar para os resultados de 2022, quando começarmos a dar balanço a 2022 e, oxalá eu me engane, os poucos muito ricos de Portugal vão estar mais ricos, uma parte significativa da classe média baixa vai estar mais baixa e os pobres, obviamente, vão estar mais pobres.

Mas o que é que isto significa? Significa que os grandes valores ocidentais estão a decorrer normalmente na sua concretização social prática! Os poucos muito ricos cada vez mais ricos, a classe média cada vez mais entalada, a classe média baixa a ir a pique e os mais pobres cada vez mais pobres.

Bom, oxalá que isto não seja o Portugal real daqui por uns meses! Infelizmente é capaz de ser! No entanto animemo-nos com o Portugal virtual.

Relativamente às observações feitas aqui... Tínhamos o Passos, Portas, tínhamos o Cavaco Silva, e nós propusemos e o Partido Socialista aceitou



e o Partido Socialista passou a ser Governo. Não houve hipocrisia nenhuma da nossa parte! Nós enquanto tivemos influência no Governo não governámos, mas fizemos tudo o que esteve ao nosso alcance para que a governação deste país tocasse seriamente as camadas mais desfavorecidas. E continuamos a fazê-lo, sem hipocrisia. Nós nunca nos propusemos a defender todos. Nós propusemos sempre, desde há cento e um anos, defender os mesmos, umas vezes melhor outras vezes pior, umas vezes acertando outras falhando. Mas relativamente a esse objetivo político estratégico essencial da nossa existência nunca houve hipocrisia. Fomos, somos e havemos de continuar a ser sempre assim.

Lamentavelmente – do nosso ponto de vista – para o país, o PS decidiu travar à esquerda e guinar à direita. Os resultados estão à vista, que lhes façam bom proveito, mas seguramente não vão fazer proveito à maioria dos portugueses.

Já disse aqui e repito, por causa de muitas alusões: nós somos portugueses, não somos russos nem ucranianos e muito menos americanos. Somos patriotas e somos claramente defensores de políticas de esquerda para este país e relativamente a isso somos claros, frontais e assumidos. Admitimos, obviamente, as discordâncias, mas nós, relativamente ao modo como a realidade vai fluindo e aos resultados para todas as partes da nossa sociedade, vamos tirando as nossas conclusões. Obrigado.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Boa noite, gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente em exercício e demais membros das bancadas.

Nós concordamos com algumas coisas e discordamos de outras e portanto vou deixar o voto livre, cada um em consciência irá votar da maneira que achar indicada. Nomeadamente, podemos concordar com aspetos de medidas fiscais que estão aqui referidas, nomeadamente eliminação do adicional do imposto sobre os produtos petrolíferos, o fim da dupla tributação que se verifica do IVA, são tudo boas ideias, mas depois há outras que não batem certo. Como, por exemplo, nós vivemos num mercado livre, “a fixação e regulação dos preços dos combustíveis e da energia elétrica, do gás de botija e de todos os bens essenciais”, acho



muito difícil de acontecer dentro da União Europeia da forma como estamos inseridos no contexto atual.

Portanto, parece-me um pouco descolado da realidade e eu pelo menos não vou conseguir seguir este voto. Obrigada.»

O membro da AM, Luís Guilherme (CHEGA) – «Sr. Presidente, vou ser muito rápido em resposta ao Sr. Mendonça.

O que eu fiquei da sua intervenção foi que a vossa intervenção em relação à coligação que tiveram com o Partido Socialista foi para a parte boa. Aquilo que foi para a parte má, vocês já não estiveram lá. Foi tão simples quanto isso. Será que entendi bem?...

Em relação ao apoio. Peço desculpa, tem razão.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu sou português com muito orgulho, farenses com muito orgulho, mas gostava de refletir sobre o elogio que ainda há pouco foi feito aqui, por uma pessoa que estava aqui nesta sala, sobre o mercado regulado da eletricidade. O senhor era norte-coreano? Devia ser... Ou se em França que vão nacionalizar a empresa nacional de eletricidade francesa, se o senhor Macron é cubano, deve ser, não sei... Ou se em Espanha onde o gás de botija tem um preço máximo, curiosamente a GALP vende as mesmas botijas em Vila Real de Santo António e do outro lado da fronteira custam menos quinze euros, não sei, se calhar o CEO da GALP deve ser da Coreia do Norte...

Ou seja, nós temos uma série de medidas socialistas e até sociais-democratas, agora se há partidos que perderam as suas raízes, muito bem. Muito obrigado.»

Não havendo mais intervenções passou-se à votação da referida moção.

VOTAÇÃO

Votos contra – 13 (10PS;01CDS;01IL;01CH)

Abstenções – 13 (09PSD;01MPT;01PPM;01PAN;01BE)

Votos a favor – 03 (02CDU;01PSD)

*Face ao resultado obtido na votação, a referida moção, **foi rejeitada.***



Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Muito obrigado. Vamos passar à moção seguinte, também da iniciativa da CDU. “Os Corpos de Bombeiros merecem solidariedade e apoio.”

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado Sr. Presidente em exercício.

“Moção - Os Corpos de Bombeiros merecem solidariedade e apoio.

Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros (AHBV) prestam anualmente mais de 1 milhão e meio de serviços em todo o território nacional.

A prevenção, vigilância e combate a incêndios, a emergência pré-hospitalar, o socorro a acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos, o transporte de doentes, o abastecimento de água e muitas outras missões de socorro e apoio às populações fazem dos Corpos de Bombeiros o principal pilar do Sistema de Proteção e Socorro em Portugal.

No nosso Concelho temos o Corpo de Bombeiros Sapadores de Faro, que é municipal, mas também contamos com a Associação Humanitária de Bombeiros de Faro – Cruz Lusa.

As AHBV, em consequência do enquadramento legal do financiamento, das sucessivas suborçamentações nos Orçamentos de Estado e das condições em que prestam os serviços no âmbito da emergência pré-hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que vivem grandes dificuldades económicas que, nos últimos anos, com a pandemia, foram substancialmente agravadas com o aumento das despesas e a diminuição de receitas.

Os aumentos dos preços dos combustíveis para muitas AHBV, já está a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações e o mesmo poderá acontecer a outras. O Governo anunciou que vai apoiar com 1 500 euros cada AHBV, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis, medida que fica muito aquém daquilo que os bombeiros necessitam e merecem.

Entre as medidas que se impõe implementar num justo regime de financiamento das associações, conta-se a criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da



missão dos corpos de bombeiros, vulgarmente designado por gasóleo verde.

Assim, tendo em conta o exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Faro, reunida no dia 29 de julho de 2022, delibere:

1. Expressar a sua solidariedade ao Corpo de Bombeiros Sapadores de Faro, à Associação Humanitária de Bombeiros de Faro – Cruz Lusa, à Federação de Bombeiros do Algarve e à Liga dos Bombeiros Portugueses.
2. Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares que legislem rapidamente para que os Corpos de Bombeiros tenham, finalmente, acesso ao gasóleo verde.
3. Recomendar ao Ministério da Saúde para cobrir os custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e Transporte de Doentes.
4. Dar conhecimento desta moção ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos órgãos de comunicação social.”

Obrigado Sr. Presidente.»

O membro da AM, Ana Passos (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Partido Socialista saúda a CDU pela apresentação desta moção e acompanhará favoravelmente.

Dizer que afinal está aqui a solidariedade para com o Corpo de Bombeiros Sapadores de Faro e a Associação Humanitária de Bombeiros Cruz Lusa. Mas dizer que achamos que esta expressão de solidariedade por parte da CDU é curta. Poderia ir um pouco mais além e está no controlo da própria CDU e poderia ser uma solidariedade imediata, que seria aproveitar as receitas da Festa do Avante e entregá-la à Federação de Bombeiros do Algarve, à Liga de Bombeiros Portugueses e assim seria uma grande expressão de solidariedade. Muito obrigada.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Depois desta referência vergonhosa à Festa do Avante, pergunto-me onde é que o Partido Socialista irá parar... O que é que falta mais de degradação a vocês?



Então justifica-se mandar uma boca vergonhosa dessas “*entreguem as receitas da Festa do Avante para resolver o problema dos Bombeiros*”? Então que baixeza política é essa? Tenham vergonha na cara!

Eu devo dizer a vocês que um dia destes, recordando-me do que se passou em 1973, 74 e 75, lembrei-me de ir à procura das circunstâncias da formação do Partido Socialista, em 1973, na Alemanha e de ir ler a declaração de princípios e o programa do Partido Socialista aprovado em setembro de 73. Eu recomendo a todos os socialistas que vão ler essa declaração de princípios e esse programa que é para se envergonharem daquilo que são hoje. Tenho dito.»

O membro da AM, Ana Passos (PS) – «Obrigada, Sr. Presidente.

A bancada do Partido Socialista regista que a bancada da CDU não sabe aceitar uma brincadeira e está muito reativa e muito sensível. Disse.»

Não havendo mais intervenções passou-se à votação da Moção apresentada pela bancada da CDU.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 01 (CHEGA)

Votos a favor – 29 (10PSD;10PS;02CDS;01MPT;01IL;01PPM;02CDU;01BE;01PAN)

Face ao resultado obtido na votação, a referida moção, foi aprovada por maioria.

Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Vamos passar ao Voto de Louvor e de Reconhecimento, apresentado pelo Partido Social Democrata.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – « **“Voto de Louvor e de Reconhecimento.**

Pelo quadragésimo ano desde a respetiva estreia em 1982, Faro assumiu-se como a Capital do Motociclismo, através da realização da 40ª Concentração Internacional de Motos, organizada com excelência pelo Moto Clube Faro nos passados dias 14, 15, 16 e 17 de julho no tradicional Vale das Almas, onde recebeu mais de 25 mil motards, motociclistas e outros aficionados das duas rodas.



Não obstante a enorme complexidade recorrente da organização de um evento desta natureza e magnitude, todo o voluntarismo necessário para realizar a Concentração ano após ano, esta 40ª edição, realizada num ambiente de enormes dificuldades e desafios, mereceu o reconhecimento dos farenses, demonstrado nos milhares distribuídos ao longo do percurso do tradicional desfile de Domingo, e merece também um Louvor formal desta Assembleia Municipal por uma organização de excelência, fraterna, que os Farenses merecem e que muito os orgulha.

Somente com o voluntarismo e mérito das centenas de Sócios e Amigos do Moto Clube Faro (com e sem pano), se tornou possível a história de sucesso que hoje devemos formalmente louvar, apesar dos hercúlos desafios que enfrentaram. Relembramos os impedimentos e restrições decorrentes da pandemia de COVID-19 à realização da Concentração Internacional de Motos em 2020 e 2021, a redução da superfície disponível para a realização do evento, os incêndios na área do Pontal e Ludo iniciados já com visitantes acampados, e do Despacho Governamental n.º 8329-A/2022, de 7 de julho e suas renovações, com impacto direto nas limitações a acampamento em zona florestal.

Em suma, parafraseamos o Presidente do Moto Clube Faro ao Jornal Região Sul de 21 de julho, que tão bem resume a missão e a vitória conseguida: “merecemos um pouco esse balanço positivo, devido à semana altamente preocupante porque passamos, mas no final as coisas correram bem, felizmente. Podemos agradecer ao voluntariado no nosso entender foi uma grande Concentração”.

Neste sentido, os eleitos do Partido Social Democrata propõem à Assembleia Municipal de Faro, que na sua sessão de 29 de julho de 2022, delibere:

1. Louvar publicamente o Moto Clube Faro, todos os seus sócios e voluntários não associados pela organização da 40ª Concentração Internacional de Motos de Faro.
2. Enviar este voto de louvor ao Moto Clube Faro e aos meios de comunicação social regionais e nacionais.
3. Remeter o presente voto ao Ministro da Presidência e Ministro da Administração Interna”.»



O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente, muito rapidamente, tanto quanto for capaz.

Usa-se muito a designação “Capital do Motociclismo”, não me levem a mal mas eu gosto mais da designação “Motociclismo” para a modalidade desportiva, acho mais adequado, e gosto mais da designação “Moto turismo” para a atividade de viajar turisticamente de mota.

Em Faro, praticamente, o motociclismo foi e é inexistente. O Mototurismo, por outro lado, com o que se está a passar na Estrada Nacional 2, está em crescendo. Se assim entendessem, eu acharia que a designação de Mototurismo é muito mais adequada.

E lembro aqui, a propósito da atividade de Mototurismo uma viagem célebre, quando dois jovens, um chamado Alberto Granado e o outro chamado Ernesto Guevara, numa Norton 500 La Poderosa, abalaram de Córdoba na Argentina, estávamos em 1951, e chegaram a pé, e à boleia e de autocarro ao fim da viagem, porque a desgraçada da mota ficou pelo caminho.

Para aqueles que se interessam um bocadinho por estas coisas, já há filmes e muitas narrativas sobre isto. Recordo aqui que uma das mais famosas viagens de moto turismo, houve outras, foi esta do Alberto Granado e do Ernesto Guevara, quando eles eram jovens médicos argentinos.

Agora, sobre a 40.^a Concentração realizada recentemente em Faro: foi rodeada do incrível ambiente e injustificado ambiente de alarmismo e histeria. Caramba, aquele evento faz-se há quarenta anos no mês de julho, só agora é que houve calor em julho??

Faz-se numa área territorial do nosso concelho perfeitamente dominada pelos organizadores, pelas Autoridades Policiais, pelos Corpos de Bombeiros e durante duas ou três semanas ouviu-se parvoíce de todo o tipo acerca daquela Concentração, foi um dó de alma. Eu devo dizer-vos que de tanta parvoíce que eu ouvi aproveitou-se uma coisa, publicitaram extraordinariamente o evento. Foi a única coisa positiva que se aproveitou!

Porque andaram a chatear a organização, andaram a chatear as autoridades municipais, relativamente a um assunto que não era assunto



nenhum, pois todos os intervenientes dominavam perfeitamente os riscos que corriam.

Dito isto, obviamente que vamos votar favoravelmente esta proposta de Voto de Louvor. Obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pois o PPM acompanha esta proposta e enaltece o MotoClube e todo este evento à volta dos “cavaleiros do ferro”. É a ideia que eu tenho de uma mota, que é registada a potência até em cavalos, aliás os motores são assim registados pela sua potência e faço essa equiparação com o mundo do cavalo.

Isto para relembrar a iniciativa que o MotoClube fez quando das comemorações dos seiscentos anos da conquista de Ceuta e que foram cerca de dois mil cavaleiros nas embarcações, que eram duzentas, e que desembarcaram em Ceuta para a conquista daquele espaço. E relembrar que o MotoClube organizou uma digressão, a pedido especial do Sr. Presidente Rogério Bacalhau, digressão que esteve em Ceuta a comemorar os seiscentos anos da conquista de Ceuta. E fez a analogia com o mundo das motas juntamente com a cavalaria que se deslocou em 1415. Muito obrigado por essa manifestação. Obrigado.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe – «Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.

Muito brevemente só para recordar ou para quem não assistiu a uma das entrevistas do Presidente do MotoClube de Faro, José Amaro, onde ele alerta para as, cada vez mais, dificuldades para a realização da Concentração de Faro naquele espaço cada vez mais curto. E onde ele até fala de uma boa ideia que seria a aquisição pública do espaço, antes de ser urbanizado e eles serem proibidos de o utilizar.

E recordar que a CDU, já há uns anos atrás, propôs na Assembleia Municipal, que a Câmara Municipal se devia interessar por esta proposta, até numa perspetiva de infraestruturização do espaço, na medida do possível, para a realização de outros eventos lá e aproveitamento do



espaço com uma forte rentabilidade, para quando não se fazem esses eventos o espaço ser utilizado por autocaravanas. E isso é perfeitamente possível. Em Quarteira, por exemplo, no espaço do mercado, quando há mercado, há mercado, mas quando não há mercado estão lá centenas de autocaravanas. E esta ideia que o Presidente do MotoClube retomou, nós também gostávamos de a retomar aqui na Assembleia Municipal, de a Câmara Municipal considerar a compra do espaço, porque o espaço tem a possibilidade de ser comprado e ser rentabilizado de várias formas para a Câmara reverter o investimento.

E se porventura o MotoClube um dia deixar de poder lá fazer a Concentração, a Câmara também poderia comprar um outro terreno ao exército, que é o Quartel do Guelhim que tem trinta e tal hectares, que podem ser utilizados para benefício público e uma Concentração de Motas ainda maior. Obrigado.»

O membro da AM, António Miranda (PS) – «Sr. Presidente em exercício, obrigado por me dar a palavra, cumprimento a restante Mesa e os restantes colegas desta Assembleia.

Não pretendia intervir sobre isto, mas obviamente o PS vai acompanhar este Voto de Louvor à realização e ao MotoClube de Faro, que acho que a cidade e a região muito deve e este evento de facto beneficia muito toda a região e a cidade de Faro também.

E dizer só aos colegas da bancada da CDU que, regionalmente, tudo foi feito e as entidades regionais tudo fizeram no sentido de que fosse possível. Inclusive o Presidente da Câmara teve um papel importante e justiça seja feita, regionalmente foi conseguido e felizmente se chegou a este ponto.

Agora, o que eu queria lembrar também ao deputado da CDU é que depois de 2017 algumas coisas mudaram, nomeadamente algumas pessoas tiveram que responder em tribunal. É certo que quando as coisas correm bem, todos estamos aqui e dizemos que não houve problema nenhum e não percebemos porque é que esta antecipação foi feita. Mas quando as coisas correm mal, e podem correr mal, há pessoas que se sentam no banco dos réus. Provavelmente, o Sr. deputado não estaria nesse papel e portanto tem a opinião que tem. Mas também temos que avaliar outras



situações e portanto o MotoClube está de parabéns e o PS obviamente vai acompanhar esse Voto.

O PS, que tem também este problema interiorizado, a seu tempo fará uma apresentação de uma proposta.»

Não havendo mais inscrições passou-se à votação do Voto de Louvor, apresentado pela bancada do PSD.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 01 (BE)

Votos a favor – 29 (10PSD;10PS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01PAN;02CDU)

Face ao resultado obtido na votação, a referido Voto de Louvor, foi aprovado por maioria.

Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Vamos passar à moção seguinte da iniciativa do Partido Socialista – “Controlo da população de pombos no concelho de Faro”.»

O membro da AM, Ana Passos (PS) – «Muito obrigada Sr. Presidente.

“Moção – Controlo da população de pombos no concelho de Faro

A partilha de espaço público urbano entre o Homem e populações de pombos remonta os primórdios da nossa história. No entanto, em situações de falta de um efetivo controlo da população destes animais, sérios problemas poderão surgir não só ao nível da saúde pública, como também em termos de danos de património individual e coletivo das cidades. Dos problemas mais sérios e comuns, destacamos:

1. A corrosão das fachadas dos prédios e dos monumentos, bem como das pinturas dos veículos automóveis, provocada pelas fezes dos pombos;
2. O entupimento dos sistemas de drenagem das águas da chuva, pelos detritos criados por estas aves, comprometendo o funcionamento de diversos equipamentos urbanos;
3. Os riscos para a saúde pública, através da transmissão de agentes causadores de doenças, pelo contacto com as fezes e penas de aves



contaminadas. O risco de contágio é mais provável em crianças, idosos e pessoas cujos os seus sistemas imunitários estão enfraquecidos.

A alimentação destas aves é considerada a principal causa para o seu crescimento descontrolado e, por isso, está proibida no termos do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos e Urbanos (regulamento nº 465/2020, de 12 de maio), sob a denominação de animais semi domésticos, sendo proibido “lançar, depositar ou fornecer qualquer tipo de alimento nas vias ou outros espaços públicos, suscetível de atrair animais errantes, selvagens ou que vivam em estado semi doméstico no meio urbano”, constituindo tais factos contraordenação punível com coima de 250 a 1500 euros, no caso de pessoas singulares, e de 1250 a 22000 euros, no caso de pessoas coletivas.

Mais, importa recordar que existem pressupostos de responsabilidade civil extracontratual das autarquias locais, nos termos do artigo 90, do DL 100/84, de 29 de março, e do artigo 483 do Código Civil. Logo, se os munícipes lesados pelos pombos fizerem prova dos factos, já supra referidos e, neste caso fáceis de obter, demonstrando que a edilidade, através dos seus funcionários e/ou agentes, não usou da diligência que lhe era exigível, incorre a autarquia em responsabilidade civil extracontratual, portanto, sujeita a indemnizar os lesados.

Como é do conhecimento geral, é cada vez mais frequente encontrarmos espalhado, pelas vias públicas de Faro, pão, milho e outros cereais, que contribuem para o crescimento descontrolado e excessivo das populações de pombos na cidade. Este facto conflitua com os interesses e os valores de muitos munícipes que se sentem assim lesados. Para o Partido Socialista, parece impossível que esta situação não seja do conhecimento da Câmara Municipal de Faro, da Fagar e dos seus dirigentes. Também não acreditamos que o executivo queira violar os regulamentos por si aprovados e dos quais é autor.

É desejo do Partido Socialista uma cidade limpa, onde a saúde de todos seja também acautelada. Não se pretende a denúncia do cidadão que alimenta estes animais (que muitas vezes de boa fé, e até com poucas posses, o faz por caridade).



Assim, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em 29 de julho de 2022, delibera, ao abrigo do artigo 25º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. Que a Câmara Municipal de Faro desenvolva diligências, com caráter de urgência, no sentido de se promover a redução e controlo da população de pombos através da implementação de medidas de controlo de natalidade (ex: implementação de uma rede de pombais contraceptivos no concelho);
2. Que se lance uma campanha de sensibilização e educação ambiental, visando a modificação dos comportamentos de alimentação destas aves;
3. Que o Município invista num maior controlo e fiscalização, evitando a existência de alimentos destinados aos pombos nos espaços públicos, cumprindo assim com os seus regulamentos.”

Disse.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Obrigado, Sr. Presidente em exercício.

Antes de comentar esta moção, ia fazer uma proposta à Assembleia. Visto que existe outra recomendação de características semelhantes, que pudesse também ser apresentada neste momento, que depois fossem debatidas e votadas em separado, se assim a Assembleia o entendesse.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Se a Assembleia não se opuser, não há prejuízo em que se faça o debate em conjunto e a votação em separado.

Alguém se opõe? Se ninguém se opõe vamos seguir a sugestão do grupo parlamentar do PAN e vamos fazer então a discussão em conjunto e a votação em separado.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Obrigado Sr. Presidente.

“Recomendação - Pela Instalação de um pombal contraceptivo no Jardim da Alameda.



O relatório final da Comissão de Proteção Ambiental e Bem-Estar Animal, aprovado por unanimidade nesta Assembleia Municipal no anterior mandato, deixou inscrita a sugestão consensual da instalação de um pombal contracetivo no Jardim da Alameda como forma de controlar o aumento da população de pombos no local. No entender do PAN em Faro este poderá ser o ponto de partida para a instalação de uma rede de pombais contracetivos na cidade.

Este método de controlo ético e saudável da população de pombos, consiste na substituição dos ovos reais por outros, de outro material, imitando os verdadeiros, impedindo assim a fecundação e reduzindo drasticamente o nascimento de novos pombos. Uma prática comum em vários países e cidades europeias como Alemanha e Barcelona.

Para o PAN esta é a forma mais indicada de controlar e diminuir a população de pombos na cidade. Ainda que, no nosso entender, este assunto passe mais por uma questão de alarmismo do que de real problema, visto que muitas das questões que normalmente são associadas aos pombos resultam de desconhecimento e preconceitos vários.

Na verdade, os pombos em potencial não tendem a causar mais doenças (zoonoses), que um cão ou um gato, com a vantagem de que no geral não nos relacionamos de forma tão próxima com os pombos. Por exemplo, o Departamento de Saúde de Nova Iorque, cidade também conhecida pela população de pombos, não tem nenhum registo de casos de doenças transmitidas a seres humanos. Em Portugal também não temos conhecimento de nenhum caso.

No ano de 2000, o Diretor Veterinário do Reino Unido, dirigiu-se à Câmara dos Lordes, para falar sobre a questão do contacto humano com os 7.000 a 8.000 pombos alimentados pelas pessoas em Trafalgar Square. Quando foi questionado se isso representava um risco para a saúde humana disse convictamente que essa questão não era um problema. Também, Mike Everett, porta-voz da Royal Society para a proteção das aves no Reino Unido, afirmou que: "A história de 'ratos com asas' é apenas um absurdo emotivo. Não há evidências para mostrar que os pombos espalham doenças."



É de notar ainda o caso num tribunal na Alemanha de uma empresa de controlo de pragas, a “Rentokil” que alegava sistematicamente que os pombos são pragas, à custa do medo e da ignorância dos potenciais clientes. Ficou comprovado que o tema promovido pela empresa "pombos: doenças e danos" são distorções dos factos e da ciência. A empresa retirou a sua queixa¹.

Chegamos à conclusão através de variados estudos que a possibilidade de haver transmissão de doenças infecciosas entre o pombo e o ser humano é bastante remota. O risco de contágio após o contacto entre estas aves ou os seus dejetos são mínimos ou inexistentes. No entanto, a ideia de que estes animais constituem um risco de saúde pública permanece, sem fundamentos científicos sólidos. É igualmente mito que os dejetos destas aves causem algum dano em edifícios ou monumentos.

Em 1995, em Aachen, na Alemanha, um grupo de trabalho constituído por cientistas, médicos veterinários/os, associações e autarcas - *Menschen für Tierrechte* - realizou um estudo do qual se retiraram as seguintes conclusões:

- O perigo destas aves para a saúde pública é mínimo, tal como peritos em zoonoses do Comité Misto da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) já o afirmaram em 1959, em Roma;
- A proibição aos munícipes de darem comida aos pombos para evitar que se reproduzam de nada serve visto que procriação dos pombos é uma condição genética que não está dependente de comida;
- O extermínio é contra o dever de proteção dos animais e tem unicamente consequências perversas, pois as crias morrem à fome devido à morte de ambos os progenitores;
- As fezes de pombos "não causam nenhum dano, mesmo após um período de 70 dias, em materiais de construção comuns, tais como arenito, granito, mármore, concreto/argamassa de cimento e madeira macia" - Sobre este último aspeto, Faro precisa sim de muito mais limpeza e cuidado com os seus espaços comuns e património, um alerta já feito pelo PAN nesta Assembleia Municipal na recomendação “Reforçar a limpeza urbana dos espaços públicos”.



Com o conhecimento adquirido formularam-se modelos de gestão ética da população de pombos em cidades que garantem o bem-estar dos mesmos, como é bom exemplo o *“Management of City Pigeons in Cities in Germany”*

Os pombos representam a Paz; a liberdade; acredita-se que foram os primeiros animais a ser domesticados pelo ser humano há milhares de anos; foram heróis condecorados de guerras e melhores amigos de pessoas, tal como o génio cientista Nicola Tesla. Possuem enorme inteligência e capacidade relacional ao mesmo nível, ou mesmo superiores, a outras espécies. Acima de tudo, têm a mesma vontade de viver que qualquer outro ser vivo no Planeta.

Qualquer solução deve passar pelo respeito ao seu valor intrínseco e direito à vida em condições de saúde e bem-estar. Os recentes casos comprovados de envenenamento de pombos na cidade deveriam deixar-nos a todos um pouco envergonhados. Cabe a nós, agentes políticos, dar o exemplo, que passa em primeiro lugar por não difundir informações erradas e encontrar soluções que sejam verdadeiramente justas e adequadas.

Assim, vem a representação municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Faro, na sua Sessão Extraordinária de 28 de julho de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Faro que:

- 1 – Proceda a instalação de um pombal contracetivo no Jardim da Alameda;
- 2 – Garanta a alimentação, cuidados médico veterinários dos pombos e limpeza do pombal através de meios próprios ou parcerias com a sociedade civil;
- 3 – Promova uma campanha de sensibilização em espaços a identificar com informação correta, baseada em conhecimento científico comprovado sobre o caráter inofensivo da espécie para o ser humano;
- 4 – Inicie o planeamento da instalação de uma rede de pombais contracetivos na cidade.”

Obrigado.»



O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro) – «Obrigado Sr. Presidente em exercício, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Sobre estas duas moções, começando pela moção do PAN, de forma genérica concordo com o texto que foi apresentado. Mas na minha opinião, e acredito que haja outro tipo de perspetivas, não me parece nada adequado que seja montado um pombal contracetivo em plena Alameda, acho que há outros locais mais adequados para isso.

Nesse sentido, apesar de eu concordar com 90% do texto do deputado do PAN, a proposta em concreto é esta do pombal contracetivo, vou ser forçado a votar contra.

Quanto à moção do PS, parece-me uma moção objetiva, estruturada, ponderada e votarei a favor. Obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado Sr. Presidente em exercício.

Nós estamos de acordo com esta moção sobre o controlo da população de pombos no concelho de Faro.

Relativamente às questões das fezes dos pombos, acho que indiscutível que elas sujam!

Relativamente ao ponto dois, eu salientava este ponto porque é importantíssimo para quem tenha responsabilidades na sociedade, como é o caso da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Que se lance uma campanha de sensibilização e educação ambiental, visando a modificação dos comportamentos de alimentação desta aves. E aqui acrescentaria: é um problema grave de saúde pública o que se passa relativamente à alimentação da bicharada na via pública. Porque desde as gaivotas, às formigas, aos insetos e a toda a espécie de animais, o deixar a comida e a água nas ruas é favorecer a sua disseminação na cidade. Se os senhores acham que isso é favorável à saúde pública prossigamos, se não atacemos a sério este problema.

Eu já sugeri, porventura mais do que uma vez, que a FAGAR, que faz chegar envelopes à casa da maior parte das pessoas todos os meses, de vez em quando se lembrasse de colocar lá a problemática da saúde



pública relacionada com a comida aos animais nas ruas e que acrescentasse aquilo que a regulamentação em vigor ou a vigorar prevê relativamente a isso.

Depois, só para concluir e referindo-me também a estas formas de controlo com trocas de ovos (agora só uma história pequenina para animar a malta): eu estou sentado numa esplanada e aparecem por ali muitos pombinhos e fazem aquilo que é natural que muitos animais façam, o macho assedia a fêmea. Se não fosse o assédio sexual do macho à fêmea, provavelmente a espécie extinguiu-se. A fêmea umas vezes está de acordo outras vezes não está de acordo. Entretanto, mais tarde aparecem os ovinhos e dos ovinhos aparecem os pombinhos. E então temos aqui aquilo que para mim é básico. É o respeito pela vida animal! Eu não ando à procura de novas divindades em cães, gatos, pombos ou coisas parecidas, mas tenho muito respeito pela vida animal, começando logo pela espécie humana em primeiro lugar.

De maneira que eu sugeria uma coisa muito simples. Eu não estou muito dentro dessas coisas, mas se houver dois, três ou quatro ovos, por favor deixem lá um ovinho real para não enganar a 100% a pombinha ou o pombinho. Acho que é justo. Ou seja, se a gente respeita um pouquinho só que seja os animaizinhos, deixemos pelo menos lá um ovinho real, controlamos a espécie mas moderadamente. Obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Obrigada, Sr. Presidente em exercício.

De acordo com aquilo que conseguimos aqui ver, há uma coisa que é unânime: é que a população dos pombos está efetivamente descontrolada na cidade e que é necessário que sejam tomadas medidas.

A moção do Partido Socialista sugere aqui este pombal contraceutivo, a moção do PAN também o sugere. Sucede que a moção do PAN sugere na Alameda, e que já foi aqui demonstrado que não é consentâneo o local, não conseguimos chegar a um consenso relativamente a este local, até porque o Jardim da Alameda tem um significado para nós farenses, e mesmo quem não é farenses mas vive aqui em Faro e encara o Jardim da Alameda com especial carinho. Pelo que a minha sugestão, não querendo pôr em causa a posição do PAN, mas sugerindo que talvez este assunto,



para que se pudesse gerar mais consenso num problema em que todos nós sabemos que existe, pudesse descer, agora sim, à Comissão de Bem-Estar Animal. Da parte do Partido Socialista veríamos com bons olhos que, quer a moção do PS, quer a moção do PAN, pudessem descer a fim de encontrar junto da Comissão as respostas necessárias mais prementes e as mais corretas, para fazer face a este problema da cidade. Com, evidentemente, a esperança que o executivo da Câmara ponha em prática aquilo que ficar decidido por esta Comissão, que depois regresse evidentemente à Assembleia Municipal. Obrigada.»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Eu sobre esta matéria gostava de dizer aqui, porque parece-me que ninguém se tem apercebido disso: onde é que andam os perto de cinquenta mil pombos que vagueiam pela cidade? Ninguém perguntou isso! E ainda ninguém perguntou onde é que estão os cinquenta pavões que cresceram enquanto a Alameda esteve fechada.

Portanto, era bom que se pensasse nestes seres. E realmente o Movimento Animal de Faro, sob a sua responsabilidade tem-se dedicado inteiramente a proceder à alimentação, ao acolhimento, ao encaminhamento dos pombos e dos pavões para um determinado sítio da cidade, razão por que em vez de dez mil que por aí andam não veem cinquenta mil. Portanto, seria bom que se acentuasse aqui o trabalho estimável e grandioso que este Movimento Animal de Faro está a fazer e a resolver esta questão.

Foram eles que, sem pedir apoios nenhuns, têm o apoio normal da Câmara, mas normalmente são algumas famílias que gastam milhares e milhares de euros no favorecimento do tratamento dessa questão.

Eu só quero aqui acentuar, não vou referir nomes, que essas famílias que são duas ou três e estão a fazer um trabalho inexcelável.

Deixarei ao critério do meu colega de bancada, o historiador e arqueólogo Dr. Paulo Botelho, a proposta final da nossa bancada. Disse.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de começar a minha intervenção, gostaria de deixar claro que o PAN é contra a conspurcação do espaço público. Há naturalmente pessoas que alimentam animais por uma questão de caridade, mas sendo contra a



conspuração do espaço público, também somos contra que se deixe de alimentar animais com fome, tem que haver outra solução!

E volto a referir que aqui a questão da limpeza poderia ser melhor trabalhada pelo executivo. De resto, como ontem estivemos aqui a ver a questão da ARU da Mouraria que ficou lá identificado que a questão da limpeza urbana é deficiente, todos nós sabemos isso!

É preciso criar aqui uma relação mais próxima, se calhar colocar dinheiro nesta relação com a FAGAR, para que a via pública seja limpa com maior regularidade, evitando que depois algum alimento seco que seja colocado para alimentar os animais venha a causar danos futuros. Também não entendemos que deixar de alimentar os animais seja solução.

Sobre a questão da Alameda, eu quando vim para o PAN, em 2014, uma das coisas que me fazia mais confusão na Alameda – e agradeço que isso tenha terminado, foi uma das coisas boas que a Alameda trouxe desta vez – era os animais e a forma como eles estavam aprisionados naquelas gaiolas, muitas vezes com alimentação insuficiente e sem cuidados médicos/veterinários. Cheguei a ter situações de passar lá a um sábado, com famílias e crianças e ver animais mortos no chão que ficaram dois dias dentro dessas gaiolas, felizmente penso que esse tempo acabou e ainda bem.

A questão de colocar um pombal contraceptivo na Alameda, obviamente que não seria um equipamento como o que existe neste momento na Junta de Freguesia, teria que ser algo com algum design e escolhido o sítio adequado para colocar. Isto não iria aumentar a população de pombos, iria simplesmente, ao longo do tempo, reduzir o número de pombos e garantir que eles se alimentavam e estavam regularmente num sítio controlado.

Ainda assim, ouvindo a intervenção recente do grupo municipal do Partido Socialista e também porque acho que este é um assunto que mexe um pouco com todos os farenses, não tenho nada contra, antes pelo contrário que se aprofunde esta matéria na Comissão e que tentemos encontrar consensos, se calhar até apelo ao Presidente da Comissão de Ambiente, Transição Climática e Bem-Estar Animal, que possamos ouvir pessoas,



médicos veterinários especialistas e se calhar chegar a um entendimento mais consensual. Obrigado.»

O membro da AM, Paulo Botelho (PSD) – «Muito boa, noite Sr. Presidente em exercício, na sua pessoa cumprimentar a restante Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, companheiros e companheiras de Assembleia e digníssimo público.

Em relação a este tema eu preocupo-me e acho que é uma preocupação generalizada da população farenses com o aumento das colónias de pombos. O impacto que isso tem nos farenses, em alguns deles, é acentuado. Também já observei diversas vezes a alimentação por parte de alguns cidadãos aos pombos, de forma até no mínimo um bocadinho estranha, eu já vi uma viatura passar e atirar a comida para o chão e ir embora.

Eu não sou especialista na matéria, não sei se a alimentação será a principal razão do aumento exponencial destas colónias. Tenho algumas reticências também em relação à localização, no caso da proposta do PAN, em relação à Alameda. Mas que deve existir um controlo das colónias, deve, na minha opinião.

Esta problemática preocupa muitos farenses e daí que devíamos tentar abrir o diálogo entre os grupos – é a proposta da bancada do PSD – digamos que se abra um grupo de trabalho na Comissão de Ambiente, Transição Climática e Bem-Estar Animal, de forma a que possamos trabalhar, ouvindo a sociedade civil e as associações de animais. Outros projetos que foram implementados dos pombais contraceptivos em outros municípios, há experiências positivas e há experiências negativas, pelo menos pelo conhecimento que tive. E aquilo que eu apelava era, talvez, que as duas propostas – se aceitarem, claro – retirassem estas duas propostas, a moção e a recomendação, e criássemos na Comissão uma moção, todos juntos, que fosse apresentada a esta Assembleia, votada e por unanimidade fosse aprovada. Essa seria a minha proposta, mas gostaria de ouvi-los em relação a isto. Muito obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr. Presidente.



Eu vou colocar uma questão mais prática e menos burocrática. Lembrar que ,no tempo do Eng.º Macário Correia como Presidente, foram retirados dezenas de aparelhos de ar condicionado na Rua de St.º António, que estavam desativados há imenso tempo e serviam de pombais. Mas nós podemos fazer mais neste momento. Metade da Rua de Santo António está sombreada e as lojas que estão por baixo, à sombra, também tinham toldos, mas estão danificados, e esses toldos que deviam ser retirados como foram retirados os aparelhos de ar condicionado que existiam há dezenas de anos sem funcionar, que fossem retirados para não enxamear de locais de peso e de pombos. Muito obrigado.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – Ponto de ordem à Mesa – «Tem a ver com o decorrer do debate, houve aqui uma solicitação e não compreendo a questão técnica se pode baixar ou não à comissão, sem votação naturalmente, por isso gostaria de ter esse esclarecimento antes de haver votação.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Sr. deputado, não pode baixar, aqui apresentam-se propostas políticas e outras de várias naturezas e quem as apresenta tem sempre a oportunidade ou de as retirar, de aperfeiçoar, ou de conciliar com outras forças partidárias e apresentá-las com possibilidade de maior consenso, isso é o que faz sentido no ponto das moções. Mas na comissão não há prejuízo que se trate do assunto. Se os proponentes entenderem retirar...»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Da parte do PAN vamos manter a proposta.»

Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Então prosseguimos para a votação da moção com o seguinte título: “Controlo da população de pombos no concelho de Faro.”

VOTAÇÃO

Votos contra – 01 (PAN)

Abstenções – 05 (03PSD;01PPM;01CH)

Votos a favor – 23 (07PSD;02CDS;01IL;01MPT;09PS;02CDU;01BE)

O membro Tatiana Gouveia não estava presente na sala aquando da respetiva votação.



Face ao resultado obtido na votação, a referida moção apresentada pelo Partido Socialista, foi aprovada por maioria.

Seguidamente passou-se à votação da Recomendação apresentada pelo PAN “Pela Instalação de um pombal contracetivo no Jardim da Alameda.”

VOTAÇÃO

Votos contra – 12 (05PSD;07PS)

Abstenções – 09 (02PSD;02CDS;01IL;01MPT;02CDU;01CH)

Votos a favor – 01 (PAN)

O membro Tatiana Gouveia não estava presente na sala aquando da respetiva votação.

Face ao resultado obtido na votação, a referida recomendação apresentada pelo PAN, foi rejeitada.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Há aqui agora uma recomendação “Pela entrada e permanência de animais de companhia no Jardim da Alameda”, apresentada pelo PAN.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Recomendação “Pela entrada e permanência de animais de companhia no Jardim da Alameda

“O Decreto de Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro, estabelece a obrigatoriedade do uso de coleira ou peitoral por todos os cães e gatos que circulem na via ou lugares públicos.

Ao longo do tempo a sociedade, através dos seus representantes na Assembleia da República, onde o PAN – Pessoas – Animais – Natureza tem tido um papel de relevo, tem aprovado medidas que permitem a livre circulação de animais em diversos espaços de utilização pública, como restaurantes e lojas.

O comércio local de Faro tem demonstrado ser um bom exemplo desta abertura e mudança de paradigma, e hoje é perfeitamente normal ver animais de companhia com os seus detentores às compras nos diversos espaços comerciais da cidade.



Poder ter os nossos animais de companhia nas atividades diárias é também uma forma de evitar o abandono dos mesmos, o que está perfeitamente alinhado com a campanha de sensibilização contra o abandono “os animais não são brinquedos” lançada recentemente pela União de Freguesias de Faro Sé e S. Pedro.

Efetivamente, eles não são brinquedos e fazem parte de muitas famílias felizes e completas, sendo tantas vezes a única companhia de pessoas idosas e que tanto contribuem para o seu equilíbrio emocional e bem viver. Estas famílias e pessoas gostariam de poder estar com os seus animais de companhia, de forma responsável, em espaços públicos de lazer, como o jardim da Alameda que, infelizmente, mantém o sinal de proibida a entrada de animais de companhia.

Nesse sentido vem a representação municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Faro, na sua Sessão Extraordinária de 29 de julho de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Faro que:

- 1 - A partir de hoje permita a entrada de animais de companhia no Jardim da Alameda;
- 2 - Acompanhe esta permissão com a divulgação das regras básicas associadas à detenção de animais em espaço público, dos deveres dos tutores e do apelo ao civismo e cuidado a ter com um espaço que é de todas e todos os farenses;
- 3 - Construa um abrigo para os animais errantes da Alameda - colónia de gatos - em local a combinar com as/os cuidadoras/es e associações zoófilas de forma a garantir a sua segurança, esterilização, alimentação e cuidados médico veterinários.” Obrigado.»

O membro da AM, Paulo Botelho (PSD) – «No que diz respeito a esta recomendação apresentada pelo PAN, da entrada e permanência de animais de companhia no Jardim da Alameda, acompanho a preocupação do PAN na necessidade de abrir a Alameda a animais de companhia. Sendo que já existe, está aliás em consulta pública, o projeto de Regulamento Municipal do Jardim da Alameda João de Deus, que foi aprovado na Câmara a 11/04/2022, que na alínea c) e d) do artigo 11º, em relação às interdições, Capítulo II nas Disposições gerais, “no Jardim da Alameda João de Deus é proibido circular com animais sem que sejam



animais de companhia ou cães guia, que estejam devidamente conduzidos por trela ou dotados de coleira ou peitoral. Não sendo permitido circular com animais nas áreas ajardinadas ou canteiros, no Parque Infantil, no Parque Desportivo e no Mini Golfe.” Este regulamento não sei quando é que será apresentado aqui à Assembleia, mas penso que brevemente.

Por isso, essa questão dos animais de companhia e a sua permissão na entrada no Jardim da Alameda está garantida, na minha opinião, com este novo Regulamento que virá a esta Assembleia e dessa forma eu penso que já estarão acauteladas as preocupações do PAN e do deputado Paulo Baptista. Muito obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «A bancada do Partido Socialista entende que esta é uma matéria que mexe com sentimentos. E mexe acima de tudo na forma como cada um de nós encara os animais de companhia e aquilo que pode ou não ser a relação que cada um de nós tem com os animais de companhia. Motivo pelo qual decidi dar, nesta matéria, liberdade de voto à bancada, para que cada um vote de acordo com a sua consciência.

Pessoalmente e verdadeiramente a título pessoal, porque não represento efetivamente a bancada do Partido quando faço esta intervenção, cada um de nós tem a sua forma de pensar e sentir esta matéria, eu tenho a dizer que acho uma medida francamente querida, que eu possa estar com aquele que é um membro da minha família no parque da Alameda, que é aliás o único parque da cidade de Faro onde posso, de forma livre... evidentemente que todos os animais de companhia têm de cumprir com regras e isto implica obviamente civismo por parte das pessoas, porque o parque da Alameda é um parque onde muita gente ali se encontra e ainda bem. É um parque que tem também pavões e esta era uma das grandes preocupações. E pessoalmente, contando aqui uma história como o nosso querido deputado António Mendonça, a minha cadela que já faleceu dificilmente conseguia controlar se ela visse um pavão e daí que não me passasse pela cabeça ser possível levar a minha cadela à Alameda. E portanto eu vejo como uma evolução social retirar essa proibição da Alameda. Se o novo regulamento já o prevê? Não, significa tão só que os deputados aqui presentes vão ao encontro, bem como o Sr. Presidente da Câmara vai ao encontro daquilo que é uma vontade da sociedade civil caso



esta recomendação passe. O que para nós enquanto deputados municipais, se a recomendação passar deve orgulhar-nos, porque estamos efetivamente a dar voz àquilo que muita gente pensa.

E mais devo dizer que, evidentemente, da minha parte votarei a favor.»

O membro da AM, Bruno Lage (PS) – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé e S. Pedro – «Muito obrigado Sr. Presidente, mais uma vez na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

De referir duas coisas sobre esta proposta de recomendação. Por questões técnicas... obviamente que os técnicos da Câmara Municipal não odeiam animais, não odeiam cães, não odeiam gatos, mas proibiam os cães de entrarem na Alameda exatamente porque era um local de refúgio dos pavões que podiam circular livremente e esses animais sentiam-se stressados com a presença dos cães. A deputada Tatiana até referiu uma questão muito premente da sua cadela que não a conseguia controlar. A Tatiana tem responsabilidade, tem espírito cívico e sabia que não a deveria levar, infelizmente há outros cidadãos que não têm essa sensibilidade e possivelmente isso não aconteceria.

Seja como for, o Regulamento de utilização da Alameda já prevê essas situações, pelo que esta recomendação é nada mais, nada menos do que chover no molhado. Portanto, eu sugeria ao Sr. deputado do PAN que retirasse esta recomendação, porque ao fim e ao cabo, no regulamento que em breve virá cá para ser avaliado, já tem essa situação prevista. Tenho dito. Obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado, Sr. Presidente em exercício.

Eu tinha anotado, não sei neste momento qual é o ponto da situação, mas julgo que ainda não chegou o momento de vir aqui à Assembleia Municipal o regulamento que foi referido.

Há um projeto de regulamento sobre estas matérias, sobre a Alameda em particular, e que está publicado em Diário da República desde o dia 12 de maio de 2022 e que julgo que há de vir à Assembleia Municipal para a Assembleia Municipal se pronunciar. Ora, não faz sentido o ponto 1 “...a partir de hoje permita a entrada de animais de companhia no Jardim da



Alameda”. Eu julgo que deveremos aguardar relativamente a isto, porque acho que é uma proibição que vem do regulamento anterior e deveremos aguardar que o regulamento seja aprovado e entre em vigor. E nos termos que aqui já foi referido o problema estará resolvido... ou não.

Eu tenho um defeito de fabrico, eu sou filho do mundo rural, não sou filho do cimento. E como filho do mundo rural, a minha relação com os animais é um bocadinho diferente da relação com os animais do pessoal que é nascido e criado no cimento. Mas continuo a ouvir e a observar como é que as coisas funcionam.

Talvez seja um bom tema para a comissão criada na Assembleia Municipal, que se preocupe com as possibilidades de coexistência ou não de cães, pombos, gatos e pavões. Não sei qual é a experiência pessoal que cada um tem sobre isso, mas tenho assistido a episódios divertidíssimos. Porque os animais são dominados pelos instintos, umas vezes procedem de uma maneira, outras não. Os que têm dono, na presença dos donos têm um comportamento, quando não têm os donos presentes têm outro comportamento.

Quando os animais são animais de estufa, que eu olho para um cão e farto-me de rir, levam o tempo todo a cheirar o chão. Quando eu olho para um animal que é cão e ainda é cão, ele anda por aí à vontade e não anda a cheirar o chão. Bom, mas isto é só um pormenor para os distrair.

Gosto também muito de ver a relação amigável entre cães e gatos, é deliciosa. Também gosto muito de ver o que é que as pessoas fazem aos animais, dando-lhes comida até lhes tirar o apetite. Transformam-no noutra coisa e eu gosto de ver depois os comportamentos dessa outra coisa. E aqui, quando nós transformamos um destes animais num animal preguiçoso, nós devemos ter consciência do que é que estamos a fazer. Aqui no nosso território, eu arrisco-me a dizer uma coisa e alguém me mostre o contrário, deve estar para nascer o primeiro cão, o primeiro gato, o primeiro pombo, o primeiro pavão que morra de fome ou de sede! Posso estar enganado... Porque os animais e a sua força instintiva ai deles se não conseguissem resolver esses problemas neste território.

Depois, relativamente a este tipo de questões, chamaram-me à atenção, pessoas especialistas em tratar de pragas – e agora estamos a falar aqui



de controlos de natalidade, porque o aumento da população assume características de praga –, que quando nós andamos a engordar os animaizinhos provocamos duas coisas. Uma das coisas é que aumentamos extraordinariamente a sua capacidade reprodutiva; animais de barriga cheia são muito mais fecundos. Animais de barriga cheia perdem completamente a utilidade para a sociedade. Muitos desses animais podem ter uma função social útil. Se vocês repararem nos pombos aos quais não se dá comida, eles andam sempre a picar, por cada picadela deles há uma semente que se arrisca a naquele sítio não dar uma planta, mas isso não interessa para nada! Isto é só conversa de um gajo que gosta de olhar para as coisas...

De maneira que continuamos impávidos e serenos a engordar animais, a preguiçar animais, a destruir a identidade dos animais e dizemos no fim que nós respeitamos muito os animais. Ai sim? Vocês respeitam muito os animais? É engraçado, aprisionam-nos, maltratam-nos, mas respeitam-nos, porque acham que um animal é uma pessoa.

Chegando aqui a este ponto e uma vez que um animal não é uma pessoa, termino e obrigado.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós já nos conhecemos há algum tempo, pelo menos alguns de nós e devo dizer que o meu pai tem a quarta classe, a minha mãe tem a quarta classe, a maioria dos meus tios não foi à escola, todos viveram no campo, eu cresci dessa forma, tenho uma pequena horta com 100m² onde tento fazer uma horta biológica, com princípios regenerativos, vivi na cidade e cresci na cidade, mas mantenho ligações muito fortes ao mundo rural e também aos animais.

Eu gosto de ouvir o Sr. António Mendonça, tem sempre histórias eloquentes e interessantes de ouvir e já tivemos esta conversa em outros momentos, mas é a parte de uma visão antropocêntrica em que nós somos o centro e tudo o resto é *venha a nós o vosso reino* e que nós é que interessamos, o nosso valor é superior e todos os outros animais que existem estão cá para nos servir e quando não nos servirem são descartáveis.



O Sr. António Mendonça disse que nós também somos animais, se calhar então nós também poderíamos, sei lá, deixar de alimentar as pessoas e ver o que é que acontecia e o nosso instinto ia fazer o resto não acredito que alguma pessoa morresse por não ter comida, mas pronto...

O PAN não defende o aumento do número de animais. Há uma diferença entre aquilo que são animais domésticos, e que são da responsabilidade do ser humano, e animais selvagens, é preciso reconhecer essa diferença e tratamentos diferentes. Os cães e os gatos dependem do ser humano, os pombos também e, neste caso, os pavões que será a última recomendação do PAN.

Defendemos a CED - captura, esterilização e devolução que poderia estar a ser melhor feita, mas já há algum avanço nessa matéria e acredito que o número de animais irá reduzir de forma a que também os que existem possam viver e prosperar junto dos humanos.

Sobre a solicitação da retirada da recomendação, é recorrente pelo Presidente da Junta de Freguesia, já não é a primeira vez. Existe uma proposta de regulamento para a Alameda, mas ela não está aprovada! Não estando aprovada, houve uma inauguração com pompa e circunstância da Alameda e há muitos fins de semana pela frente e muitas pessoas que querem visitar a Alameda vão continuar a não poder levar os seus animais. O PAN não irá retirar a recomendação e coloca à votação. Obrigado.»

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Sr. Presidente da Mesa em exercício, demais membros.

Fazer só aqui um pequeno apontamento a propósito desta discussão. Nós temos estado aqui a focar a questão desta moção na entrada e permanência de animais de companhia no Jardim da Alameda. O projeto de regulamento estabelece esse preceito, com regras, com trela, sendo proibido os animais irem para os canteiros, mas esta moção não é só sobre a entrada e permanência dos animais de companhia no Jardim da Alameda, tem também o ponto três, que é construir um abrigo para animais errantes na Alameda.

Eu, a este propósito, gostaria de saudar o Movimento Pro Animal de Faro, pela proposta que apresentou no orçamento participativo da Junta de



Freguesia e que permitiu a colocação de algumas colónias espalhadas pela cidade, em articulação com as Associações de Proteção dos Direitos dos Animais. E se me permitem a franqueza, não vejo a necessidade de colocar num sítio onde temos crianças, é um dos poucos locais da cidade onde uma criança pode brincar livremente sem termos o receio que venha para a estrada, de vir um carro ou algo do género. Temos a componente de que os animais de companhia estarão presentes com regras, eu creio que nós devemos fazer o nosso regulamento, as nossas propostas, as nossas leis, a pressupor o bem dos outros, o civismo dos outros, não acredito que nós vamos tomar as nossas decisões a pensar no mal dos outros, porque caso contrário teríamos sempre propostas muito perniciosas, mas não vejo necessidade de construir um abrigo para animais errantes dentro da Alameda, que iria contrariar tudo aquilo que eu acabei de referir.

Por esse motivo, havendo aqui uma liberdade de voto e isto não sendo propriamente uma questão ideológica, sendo uma questão, como a Tatiana disse, muito ligada à vivência de cada um, eu irei votar contra única e exclusivamente por este ponto número três da moção do PAN. Obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Obrigado, Sr. Presidente.

Depois deste conjunto filosófico, biológico e antropológico, vamos a uma questão prática.

Eu tenho frequentado agora o Jardim da Alameda e tem um sinal também que proíbe as bicicletas. Mas eu vou com a minha trotinete, entro lá dentro e vou devagarinho e vou passeando também por aqueles passeios.

Portanto, se há um regulamento aprovado e há um sinal que não cumpre o regulamento, há qualquer coisa que não está bem e estamos numa discussão e a perder imenso tempo.

O que aconteceu foi que encontrei a fonte a verter água abundantemente para o exterior, estava um conjunto de batatas fritas a entupir a fonte e a água inundou o espaço todo. Não há nenhum guarda da Alameda e havia um guarda da Alameda. Eu acho que é importante um guarda na Alameda, é uma questão prática. Obrigado.»



O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Para esclarecer a intervenção do membro do PS relativamente ao ponto três. O que acontece é que a colónia já existe lá, já existem vários animais lá e isso permitiria organizar em vez de ficarem e continuarem de forma aleatória. Portanto, tive o cuidado de dizer que seria em local a combinar com os cuidadores que cuidam destes animais que já estão lá e Associações Zoófilas. Seria algo a combinar, num espaço eventualmente menos visível, até para maior segurança dos animais. Fica esta explicação.»

Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Vamos então votar a recomendação da iniciativa do PAN “Pela entrada e permanência dos animais de companhia no Jardim da Alameda”»

VOTAÇÃO

Votos contra – 10 (04PSD;02CDS;03PS;01CDU)

Abstenções – 04 (01PSD;01IL;02PS)

Votos a favor – 12 (02PSD;01MPT;01PPM;05PS;01BE;01PAN;01CH)

Face ao resultado obtido na votação, a referida recomendação apresentada pelo PAN, foi aprovada por maioria.

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – Declaração de voto – «Sr. Presidente em exercício, muito obrigado.

Eu estive na Presidência do Movimento Animal de Faro durante algum tempo e testemunho aqui ao deputado municipal Paulo Baptista, um sentido muito forte para que continue na luta intransigente do direito dos animais. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Vamos então para a apresentação e discussão da última recomendação da iniciativa do PAN “Cuidar dos pavões no Jardim da Alameda”.»



O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – “Recomendação - Cuidar dos pavões no Jardim da Alameda

Para quem frequenta o Jardim da Alameda, os pavões, com as suas cores aguerridas, caudas coloridas, que mais parecem leques e chamamentos fortes, fazem parte da magia do local.

É certo que este não é o seu habitat natural, para chegarem a casa teriam que viajar milhares de quilómetros até à Índia, mas também será adequado dizer que a sua domesticação lhes retirou o instinto de sobrevivência que lhes permitiria viver em liberdade completa em espaço selvagem.

Assim, o ser humano, tem uma responsabilidade acrescida de garantir o seu bem-estar em todos os aspetos essenciais da vida: alimentação, saúde e território.

Acontece que o número de pavões tem vindo a aumentar, estimando-se que neste momento existam entre os 40 e 50. São inúmeras vezes vistos na estrada, criando um risco a si próprios e condutores.

Torna-se por isso fundamental encontrar uma solução que vise controlar o crescimento da população de pavões, o que poderá ser feito de forma ética através de técnicas contraceptivas, como a substituição dos seus ovos, e o encaminhamento de alguns para locais seguros que garantam o seu cuidado, sem que estes sejam explorados para fins comerciais ou outros.

Também são recorrentes as queixas da falta de alimentação dos mesmos, sendo esta suprida por particulares e associações zoófilas.

Neste sentido, vem a representação municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Faro, na sua Sessão Extraordinária de 29 de julho de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Faro que:

1 - Reveja em alta o orçamento para a alimentação dos pavões e outros animais no Jardim da Alameda, visto que neste momento a quase totalidade da alimentação está a ser fornecida por particulares e associações;

2 – Garanta todas as condições de segurança e bem-estar dos mesmos.”

Obrigado.»



O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício, por me dar a palavra.

A primeira palavra do Partido Socialista tem evidentemente de ser dada à mulher que está a alimentar estes pavões há mais de seiscentos dias. Aqui fica o agradecimento sincero pela dedicação, pela abnegação desta pessoa, que me dizia que não tem fins de semana, porque não sabe a quem é que há de deixar a alimentação dos pavões, porque desde que a Alameda fechou eles estão todos lá e é ela que os alimenta. E a essa pessoa fica um sincero agradecimento pela forma desinteressada com que o faz e pela paixão que demonstra na causa animal.

Porque os pavões da Alameda não são só pavões da Alameda, os pavões da Alameda são um símbolo desta cidade, atrevo-me a dizer. Tempos tivemos em que tínhamos uma cegonha que representava a Câmara de Faro e a cidade de Faro. Mas atrevo-me a dizer que hoje em dia o pavão é o animal que melhor representa a cidade de Faro.

Encaramos com carinho os animais que lá estão, a forma como eles se passeiam, a forma como ele brindam as nossas crianças e arrancam sorrisos aos mais novos, aos mais velhos, aos mais solitários e aos mais acompanhados. E de facto saber que estes pavões, estes animais que são uma paixão da cidade de Faro, estiveram esquecidos ao longo destes seiscentos dias, é uma coisa que causa algum dó.

A população dos pavões neste momento está entre os 40 e os 50 e são necessários 25 quilos de pão por dia para alimentar estes pavões. 25 quilos de pão que esta senhora, não vale a pena dizer o nome porque não me deu autorização para que o fizesse, muita gente saberá quem é, outras pessoas não, mas esta senhora vai buscar pão todos os dias para meter o pão dentro de água para que o pão amoleça e para poder alimentar estes pavões.

Se há de facto um lado benemérito nesta pessoa, há também aqui uma falha! Que é a falha do nosso executivo e isto é evidente! Porque não compete a esta senhora que representa um movimento, ter este cargo sobre si. Uma das grandes preocupações que me dizia no outro dia quando falava comigo era: *eu quis ir de fim de semana e tive que pôr onze pessoas a fazer aquilo que eu faço sozinha*. E quando regressou, o que lhe



disseram foi: *não nos voltes a dar uma tarefa deste género. É porque isto é francamente difícil!*

Talvez a emoção que estou a pôr no meu discurso não seja evidentemente partilhada por toda a gente. A mim, e ainda ontem tive oportunidade, em conversa banal com o Sr. Presidente da Câmara, de partilhar que de facto tenho muito carinho por aqueles pavões, a mim toca-me profundamente estas pessoas, e bem sei que não é a única, há mais que têm outro tipo de atos, de atividades e de preocupações com o bem-estar animal, com os pombos com os gatos e com os cães. Se for possível a esta Assembleia Municipal votar em unanimidade, tenho a certeza que seria um enorme prazer que estávamos a dar a quem faz isto desta forma abnegada.

E por outro lado, alertar que os pavões, eles não fugiram da Alameda, eles desistiram foi de estar ali na Alameda e passaram para outro lado.

Agora o que é deveras importante é que possamos cuidar e olhar para as pessoas que têm falta, mas também olharmos para os animais que têm falta, que também precisam que cuidem deles, independentemente da posição, que não censuro, do nosso caro colega Eng.º António Mendonça, porque de facto estes animais estão ali à nossa mercê, arrancam sorrisos às crianças, aos velhotes, eu já disse isto, e como tal a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente esta recomendação, com muito gosto e muito orgulho nesta pessoa que abnegadamente alimenta os pavões há mais de seiscentos dias. Muito obrigada.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé e S. Pedro – «Muito boa noite Sr. Presidente, muito obrigado.

Sobre esta matéria não está em questão o teor da moção, mas esclarecer que a senhora durante os seiscentos dias teve o seu trabalho meritório de alimentar pavões, mas os técnicos da Câmara também os alimentaram e não é correto vir aqui dizer que o município, o executivo não tratou dos pavões da Alameda. Temos ali o Sr. Presidente da Câmara, se achar pertinente poderá esclarecer que os pavões foram, durante este período, sempre alimentados. Tenho dito.»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Sr. Presidente em exercício, muito obrigado.



Não é muito habitual eu estar em contradição com o meu colega de bancada Bruno Lage, antes pelo contrário, mas nesta matéria estamos. Estamos porque eu sou inteiramente conhecedor da situação que a deputada Tatiana trouxe esta noite aqui. E portanto, foi a senhora que me substituiu na presidência do Movimento e estão aqui dois Presidentes de Junta que sabem disso e nomeadamente o meu Presidente de Junta que também sabe o trabalho que ela fez efetivamente no Montenegro, que acabou com os gatos errantes.

Portanto, eu queria dizer que essa senhora já foi penalizada na sua saúde, num dia em que ia a entrar no carro estafada, saturada, pois sai de casa às sete da manhã com o carro cheio de comida e que volta a casa à noite e que deixa a família e que deixa toda a gente e tudo isto que a Dr.^a Tatiana disse é verdade. Esta senhora merece aquilo que muita gente não mereceria eventualmente, e não tenho dúvidas para o próximo ano em propor-lhe a atribuição de uma medalha, porque ela merece pelo trabalho que faz em prol da comunidade. Porque aquilo que o António Mendonça aqui disse é verdade, mas a verdade também é que se não houvesse pessoas como esta senhora a resolver estes problemas as situações eram muito piores. Muito obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado.

Dizer que o pavão é o símbolo da sabedoria e não é o símbolo de Faro, o símbolo de Faro está aqui em cima deste candeeiro. Esse é que está esquecido, o Cabo de Santa Maria e a importância geográfica do antigo Cabo de Tunes.

Em relação ao símbolo, eu acho que poderia ser sim, como símbolo da sabedoria, vir a ser o símbolo da biblioteca. Muito obrigado.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «É para agradecer à Mesa e a toda a Assembleia a forma civilizada e até nobre com que falámos sobre animais hoje aqui e também pela vossa paciência, sei que excedi-me um pouco, agradeço e obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Muito obrigado. Vamos passar então à votação.»

VOTAÇÃO



Assembleia Municipal de Faro
29/07/2022

Ata nº. 15

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 30

Face ao resultado obtido na votação, a referida recomendação apresentada pelo PAN, foi aprovada por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa em exercício, declarou encerrada a sessão.

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.

O Presidente da Assembleia Municipal

Primeiro Secretário

Segundo Secretário